UFSM

Monografia de Especialização

RECUPERANDO O PROCESSO DA LEGALIDADE EM SANTA MARIA: CORAÇÃO DO RIO GRANDE

Valéria Medianeira da Fonseca

PGHB

Santa Maria, RS, Brasil

2006

RECUPERANDO O PROCESSO DA LEGALIDADE EM SANTA MARIA: CORAÇÃO DO RIO GRANDE

por

Valéria Medianeira da Fonseca

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil**

Orientadora: Prof.ª Silvana Grunewaldt

Santa Maria, RS, Brasil
2006

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Pós-Graduação em História do Brasil

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

RECUPERANDO O PROCESSO DA LEGALIDADE EM SANTA MARIA: CORAÇÃO DO RIO GRANDE

elaborada por
Valéria Medianeira da Fonseca

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Silvana Grunewaldt , Dr ª.
(Presidente/ Orientador)

_____
Joél Abilio Pinto dos Santos, Ms. (UFSM)

_____
Vitor Otávio Fernandes Biasoli , Dr. (UFSM)

Santa Maria, 6 de outubro de 2006.

.

AGRADECIMENTOS

Apesar dos agradecimentos ser um elemento opcional em uma monografia, foi a oportunidade que tive de agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para a construção deste trabalho e que me possibilitaram estar hoje defendendo esta monografia. O primeiro agradecimento é a Deus por tantas dificuldades vencidas até hoje, depois à minha família, que não tenho dúvida, é a minha base.

Neste parágrafo, quero agradecer à professora Silvana Grunewaldt, que escolhi como orientadora por acreditar na sua competência e pela paciência e solidariedade que tem.

Nessa trajetória, pude contar com uma pessoa , o professor Joél Abilio P. dos Santos, que tive o prazer de conhecer no próprio Curso de Arquivologia, pois dá aula há muitos anos. A ele, um especial e sincero obrigada.

Ao professor Luiz Eugênio Véscio, quando na entrevista me falou que seria bem recebida no Curso de História, ou melhor, "os arquivistas são sempre bem vindo na História" e sua afirmação se ratificou a cada momento que eu vivi e compartilhei dentro do curso de pós-graduação, tanto com os professores quanto com os colegas. Agradeço a todos os professores do Curso de Pós – Graduação em História, sem exceção, por essa vivência e aprendizado durante esse período de dois anos.

Fico grata às pessoas que se dispuseram a conceder-me sua atenção e seu tempo. Comparo essas pessoas com um "tijolo" na edificação de uma casa, cada tijolo é fundamental para vê-la pronta. Assim foi esta pesquisa, cada pessoa contribuiu para a concretização deste estudo. Uns emprestando livros, outros dando dicas, outros com palavras de força e compreensão. Quero destacar dois nomes nesta lista de agradecimentos: à Renata Saldanha, minha colega do Curso de Pós-Graduação em História e a professora Neida Regina Ceccim Morales por terem me emprestado o equipamento fundamental para se fazer história oral, o gravador, a esta devo acrescentar outro agradecimento pelas dicas que me deu de como iniciar história oral.

Aos arquivistas: Nara Eleida Scalcon, Arquivista de A Razão pela digitalização e gravações das imagens que tanto me ajudou sem nunca se negar e com muita boa vontade; ao Arquivista do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, Marcel Melez e a estagiária de Arquivologia, Daniela da Silva, pela atenção dedicada.

Ao professor Véscio, por ter confiado em mim. Prolongo meus agradecimentos aos professores Vitor Biasoli, Júlio Quevedo e pela compreensão do Diorge Konrad.

À Clara Kurtz, professora aposentada do Curso de Arquivologia, por estar sempre disponível e pronta para ajudar. Outro agradecimento é dirigido à Maria Alice Brito Nagel, bibliotecária de confiabilidade, pela ajuda prestada na revisão bibliográfica.

Registro este agradecimento às pessoas que se dispuseram dar seu testemunho para história presente e futura, dos seus respectivos passados sobre o tema em questão. Aos senhores: Carlos Renan Kurtz, Eduardo Rolim, João Silveira Castro, José Salamoni (*in memoriam)*, Paulo Carús, Quintino Oliveira, Vinícius Pitágoras e sua esposa Eva Senna e a senhora Rhéa Sylvia.

A pós- graduação oportunizou a satisfação de ter vivido novas experiências e adquirido novas aprendizagens. O pouco do aprendizado impetrado não foi encontrado somente nos livros ou nos documentos, mas nos depoentes que narraram os acontecidos com tanta vida e descontração.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS..... iii
RESUMO..... vii
ABSTRACT..... viii
LISTA DE FIGURAS..... xix
LISTA DE ANEXOS..... x
INTRODUÇÃO..... 1
1. A ECLOSÃO DO MOVIMENTO DA LEGALIDADE..... 5
1.1. Antecedentes do Movimento da Legalidade..... 5
1.1.1 Os efêmeros meses do governo Jânio Quadros..... 5
1.2 A eclosão do movimento da Legalidade..... 8
1.2.1 A tentativa de golpe e o começo do movimento da legalidade..... 8
1.2.2 A campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul..... 11
1.3 A Rede Nacional da Legalidade..... 15
1.3.1 O III Exército se integra à luta pela legalidade..... 18
1.3.2 Represália ao Rio Grande do Sul 23
2. A "LEGALIDADE" NA CIDADE CORAÇÃO DO RIO GRANDE..... 25
2.1 Uma visão global do Movimento da Legalidade..... 25
2.2 A mobilização da imprensa santa-mariense..... 41
2.3 Resistência aos golpistas: a participação da categoria ferroviária santa-mariense..... 47
3. O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL SANTA-MARIENSE DIZ NÃO À ILEGALIDADE..... 49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 69
ANEXOS..... 74

Hino da Legalidade

“Avante brasileiros de pé
Unidos pela Liberdade
Marchemos todos juntos com a bandeira
Que prega a lealdade
Protesta contra o tirano
E recusa a traição
Que um povo só é bem grande
Se for livre sua nação.”
(Lara de Lemos e Demóstenes Gonzáles)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

RECUPERANDO O PROCESSO DA LEGALIDADE EM SANTA MARIA: CORAÇÃO DO RIO GRANDE

AUTORA: VALÉRIA MEDIANEIRA DA FONSECA
ORIENTADORA: SILVANA GRUNEWALDT
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 6 de outubro de 2006.

O Brasil, no início dos anos 60, vivia uma situação de instabilidade política, quando, após apenas sete meses de governo, Jânio Quadros renunciou ao seu mandato. Pela Constituição, João Goulart, o vice, deveria assumir a presidência automaticamente. No entanto, esse não foi o entendimento dos ministros militares, os quais tentaram impedir Jango de tomar posse. Contra essa atitude arbitrária formou-se um grupo que defendia o cumprimento da Constituição. Nele, o general Machado Lopes, Comandante do III Exército se uniu ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que capitaneou a Campanha da Legalidade, no Rio Grande do Sul, em defesa da posse de Jango à Presidência do Brasil. Esta pesquisa versou sobre a Campanha da Legalidade (1961) no município de Santa Maria e teve como objetivo analisar os acontecimentos ocorridos nessa cidade. Buscou-se mostrar que a renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, causou grande revolta e mal estar em vários segmentos da sociedade, especialmente, entre os políticos, e que, a situação tendeu a piorar frente à intenção de golpe pelos ministros militares. A partir da tentativa de impedir Jango de assumir a Presidência da República grande parte da população da cidade se solidarizou com a causa defendida por Brizola e teve início uma ampla agitação social tanto por parte de governantes, militares e civis. Grande parte da população se solidarizou com a causa por considerar legal e justa, em especial na Cidade Universitária, onde ocorreu uma grande mobilização de apoio à campanha. Esse estudo permitiu trabalhar com fontes de pesquisas locais, tendo como duplo interesse, a valorização da micro-história e a importância dos acervos municipais e do arquivista. Foram utilizadas fontes documentais arquivísticas – jornais, registros preservados em arquivos e também fontes orais, que fez liames entre o período em estudo com as pessoas que vivenciaram o auge daquela conjuntura.

Palavras-chave: Campanha da Legalidade – Santa Maria – reação sociedade

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Course of Masters Degree in History of Brazil
Federal University of Santa Maria

RECOVERING PROCESS OF THE LEGALITY IN SANTA MARIA: THE HEART OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: VALÉRIA MEDIANEIRA DA FONSECA
GUIDING PROFESSOR: SILVANA GRUNEWALDT
Date and Place of the Defense: Santa Maria, October 6, 2006.

Brazil, in the beginning of its years 60, lived a situation of political instability when after only seven months of government Jânio Quadros gave up his mandate. For the Constitution, João Goulart, the vice, should assume the presidency automatically. However, that was not the understanding of the military ministers, which tried to unseat Jango before taking the power. Against that arbitrary attitude, he was formed a group that defended the execution of the Constitution. At that moment, General Machado Lopes, the 3rd Army commander joined to the current governor of Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, who captained the Campaign of the Legality, in Rio Grande do Sul, in defense of the Presidency of Brazil by Jango. Therefore, this research turned on the Campaign of the Legality (1961) in the municipal district of Santa Maria and it had as objective to analyze the events happened in that City. In addition, it was attempted to show that the renouncement of Jânio, on August 25, 1961, caused great revolt and discomfort in several segments of the society especially among the politicians and that the situation tended to get worse concerning the blow intention for the military ministers. Starting from the attempt of impeding Jango of assuming the Presidency of the Republic, great part of the population of the city was brought together with the protected cause by Brizola and he had beginning so much a wide social agitation on the part of politicians, military, civil people. A great part of the population has engaged with the cause because they considered that legal and fair, specially in the University campus, where there was a great commotion in support to the campaign. That study allowed to work with sources of research places, tends as double interest, the valorization of the micro-history and the importance of the municipal collections and the archivist's. Moreover, the tie of the period in study to the people who lived the peak of that conjuncture was made possible because of documental sources which were used - newspapers, registrations preserved in files and also oral sources that make possible the linkage between the studied period and the people that lived the edge of the events.

Keywords: Campaign of the Legality – Santa Maria – reaction of society

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Brizola fala ao povo após a renúncia de Jânio Quadros..... 11

FIGURA 2- Brizola falando na Rede da Legalidade..... 17

FIGURA 3- Governador Brizola falando aos jornalistas das rádios locais..... 17

FIGURA 4- A multidão na frente do Palácio Piratini..... 18

FIGURA 5- Tropas da Brigada Militar na fortificação do Palácio..... 20

FIGURA 6- Visita do Governador Brizola aos postos seguranças de segurança Palácio..... 21

FIGURA 7- Posto de alistamento..... 28

FIGURA 8- Pery Beviláqua e Major Benjamin D'Ávila Prado……... 31

FIGURA 9- Notícia no jornal "A Razão" sobre a manifestação em praça pública.. 33

FIGURA 10- Civis em frente ao quartel..... 38

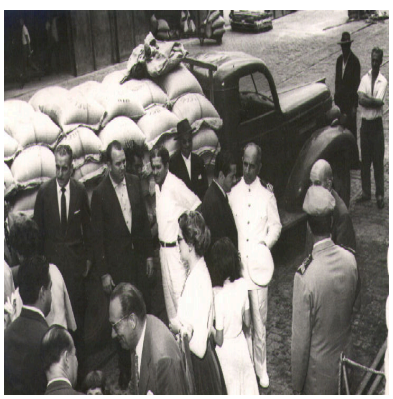
FIGURA 11- Dom Luís Victor Sartori..... 40

FIGURA 12- Jornal "A Razão" de Santa Maria..... 43

FIGURA 13- Equipe da Rádio Guarathan na Campanha da Legalidade..... 45

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A- Nota oficial à imprensa do Centro Cívico Dr. João Goulart.....75
ANEXO B- Através do jornal A Razão foi noticiada as deliberações dos membros em reuniões extraordinárias da Câmara.....77
ANEXO C- Fonograma ao Presidente da Câmara Federal, Presidente da República , deliberando para lutar, manter a ordem, respeitar a Constituição e a legalidade.....79
ANEXO D- Fonogramas pedindo a exoneração dos Ministros Militares ao Presidente da República , Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente da Câmara Federal.....81
ANEXO E- Fonogramas prestando solidariedade em nome da Ala Feminina Pró-Legalidade ao Governador do Rio Grande do Sul.....85
ANEXO F- Fonogramas comunicando ao Comandante do III Exército o apoio na criação do posto de alistamento voluntário ao Presidente da Assembléia Legislativa; aos Presidentes da Câmaras de Vereadores de outras cidades.....87
ANEXO G- Fonograma da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria a outras Câmaras do Estado do Rio Grande do Sul visando liberdade de Marechal Lott.....90
ANEXO H- Ofício da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão (LABRE) ao Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria.....93
ANEXO I- Fonogramas ao Presidente do Senado Federal ; ao Ministro da Guerra solicitando liberação dos líderes e protestando contra a violência sobre os operários e os universitários.....95
ANEXO J- Fonograma ao Ministro da Guerra de protesto contra a violência aos líderes operários e universitários que lutam pelos direitos do povo.....98
ANEXO K- Fonogramas ao Presidente da Câmara Federal protestando contra a aprovação da emenda parlamentarista.....100



INTRODUÇÃO

Leonel Brizola, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, comandou a "Cadeia da Legalidade", movimento que, em agosto de 1961, pressionou para que Jango assumisse a Presidência depois da renúncia de Jânio. Diante da preparação de um golpe militar para impedir a posse do vice, que estava no Oriente, Brizola foi a Rádio Guaíba, em Porto Alegre, convidando para que o povo fosse para frente do Palácio, numa demonstração de protesto contra a atitude tomada pela junta militar de impedir a assunção de João Goulart.

Dessa luta, participaram integrantes da imprensa, políticos de vários partidos e diferentes grupos de nossa sociedade. Esse foi considerado um movimento importante na história do Estado do Rio Grande do Sul e de grande civismo. Nesse sentido, mostrará que Santa Maria não ficou a parte desse acontecimento. O tema da Legalidade, em Santa Maria, foi trabalhado sob uma perspectiva geral com base na perspectiva de micro-história de Jacques Revel:

> A micro-história não rejeita portanto a história geral, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, o das imagens e símbolos que eles acionam, conscientemente ou não, para se explicar e justificar, o das condições históricas da existência dessas pessoas na época em que seus discursos e seus comportamentos foram observados. (1988, p.45)

O estudo se baseou em documentos existentes em arquivos privados como arquivo do jornal "A Razão", arquivos pessoais, arquivos públicos como a Câmara de Vereadores e Arquivo Público Histórico Municipal da cidade.

A pesquisa se valeu de documentos primários como livro de atas, fonogramas e ofícios que se encontravam arquivados na Câmara de Vereadores, publicações periódicas, jornais, dissertações; também de documentos secundários, como princípio da escritura da monografia, tomando como primeiro passo o levantamento bibliográfico e fontes figurativas, que são constituídas de documentos iconográficos públicos, privados ou familiais[1].

Além dos documentos tradicionais, essa pesquisa possibilitou a concepção de novos documentos. Inicialmente, com a gravação do depoimento, que materializou o documento inicial, isto é, documento fonográfico; que depois foi transcrito no suporte papel assumindo o gênero textual. Os documentos, portanto, assumiram dois gêneros, a princípio, fonográficos e depois textuais. As fontes orais[2] foram usadas como um acréscimo que ratificava os documentos encontrados e também trazia em seu bojo novidades vividas pelas personagens.

As entrevistas foram realizadas com pessoas da cidade e que participaram ativamente do processo da legalidade. Entre elas: Dr. Eduardo Rolim, Rhéa Sylvia, Carlos Renan Kurtz, Quintino Corrêa de Oliveira, Vinicius Pitágora Gomes e José Salamoni.

O procedimento[3] adotado com as entrevistas orais, a princípio, foi a comunicação, geralmente, por telefone, agendado o horário, realizou-se a entrevista. A seguir, foi adotada essa ordem: transcrição, textualização e aprovação do depoente. A autorização foi baseada no manual de Meihy e na dissertação de mestrado da professora Neida Morales[4].

Pode-se dizer que foi adotado método tucidiano. Em seu manual, Meihy descreve que Tucídides não acreditava no método de Heródoto[5], em ser possível definir "a verdade" somente pela observação e o depoimento, então, ele por não confiar na memória que era 'fálivel', conclui o seguinte pensamento que fez com que surgisse o método tucidiano, que consistia em proceder exames que combinavam testemunhos com outras fontes, não que ele descartasse os depoimentos.

---

[1] SANTOS, Joél Abílio Pinto dos. **Fundamentos de arquivologia**: para uma escrita da história. Santa Maria: UFSM, 2004.

[2] As fontes orais são constituídas por documentos especiais , oriundos de depoimentos verbais. Ao conceder às pessoas, a partir de entrevistas planejadas, a oportunidade de narrarem suas lembranças e experiências, está se fazendo história oral. (SANTOS, 2004).

[3] Tais procedimentos foram baseados no Manual de História Oral de Meihy.

[4] Morales, Neida Ceccim. Imigração e memória: história de imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul. 2004.

[5] Tentando reaver um pouco da história oral lá no principio do pressuposto de que um dos primeiros historiadores, a exemplo de Heródoto, 'o pai da história' estabeleceu a participação pessoal, testemunho, como a principal "base para descrever a verdade do que se via". A palavra história teve origem na Grécia, ou seja, 'aquele que viu ou testemunhou'. Esse método denominou método de Heródoto, servindo de base para a história oral conhecida como *história oral pura.* (MEIHY, 1996, p.19-20)

Conseqüentemente, o tema da Campanha da Legalidade de 1961 possibilitou trazer à tona a memória histórica que se conserva nos arquivos, mas também possibilitou construir novos documentos que não estavam nos arquivos de instituições públicas ou privadas, entretanto estavam "adormecidas" na memória das pessoas que vivenciaram esse momento histórico do Rio Grande do Sul.

A história oral tem três modalidades: história oral de vida, história oral temática e a tradição oral. Neste estudo, foi trabalhada a história temática, embora seja relatada alguma coisa da trajetória de vida do depoente. Esse relato da trajetória foi para contextualizar, inserir o colaborador no tema. Isso, também possibilitou criar um ambiente descontraído, amigável e de valorização do depoente, como sugere Alberti[6]:

> Seu depoimento é solicitado na medida em que possa contribuir para o estudo de determinado tema. Por isso, as perguntas que lhe são dirigidas terão o objetivo de esclarecer e conhecer a atuação, as idéias e a experiência do entrevistado enquanto marcadas por seu envolvimento com o tema.

A história oral possibilitou a ampliação do tema, a convivência e o compartilhamento das experiências inéditas desses personagens, à medida que revelavam a sua participação nessa conjuntura, assumindo um papel de agentes da história. Buscou-se dos colaboradores as informações de experiências e lembranças sobre a legalidade em Santa Maria e as suas respectivas atuações no momento.

Uns depoentes se emocionaram, para logo em seguida, rirem de histórias pitorescas que a sua memória não permitiu esquecer e que alegram quem os escutam.

A presente monografia foi organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo, buscou tecer um panorama geral sobre o tema em nível de Brasil, passando pelo Rio Grande do sul e, finalmente, em Santa Maria, o foco da pesquisa.

Buscou-se resgatar os antecedentes que deram origem a esse movimento em favor do cumprimento da Constituição, bem como seu desdobramento. Consta um resumo dos meses de governo de Jânio Quadros, suas alianças, a eleição, sua tentativa de uma política independente, suas oposições e acusações, os atritos com o grupo que o elegeu e com o Congresso Nacional e a sua renúncia do cargo de Presidente do Brasil. Fato que desencadeou uma tentativa do golpe pelas Forças – Armadas e direitistas.

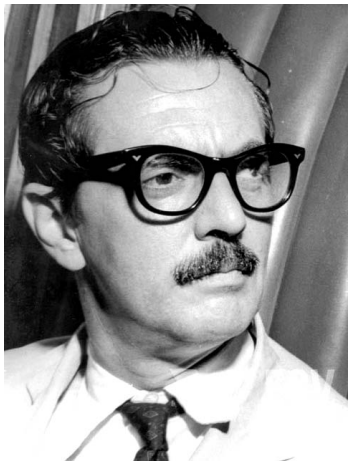
---

[6] 1990 (apud MORALES). **Imigração e memória:** história de imigrantes sírio libaneses no Rio Grande do Sul, 2004, p.21.

Ainda neste capítulo, foi tratada a eclosão da resistência no Rio Grande do Sul e o que foi o Movimento da Legalidade, bem como o apoio que teve Brizola durante a Campanha, principalmente da Brigada Militar e, posteriormente, a adesão das Forças Armadas sediada no Sul do País, o III Exército e a formação de comitês de apoio.

O segundo capítulo tratou do Movimento da Legalidade em Santa Maria, a mobilização na cidade e, em especial da Imprensa, seja escrita (jornal, revista) ou falada (radiodifusão) e a postura dos ferroviários, categoria de importância e prestígio na cidade e no Rio Grande do Sul, nesse momento.

O terceiro capítulo centrou-se na Câmara de Vereadores, a qual entrou em sessão permanente desde a renúncia de Jânio Quadros até a posse de João Goulart.



1- A ECLOSÃO DA LEGALIDADE NO BRASIL

No dia 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros, Presidente do Brasil, renuncia a seu cargo provocando uma forte tensão política no país. Frente à crise provocada pela renúncia, que causou grande revolta e mal-estar em vários segmentos da sociedade, especialmente, entre os políticos. Os ministros militares buscaram impedir a posse do vice-presidente, João Goulart, na Presidência da República, numa clara tentativa de rompimento da ordem jurídica. Frente a essa atitude de ameaça à Constituição do país, eclodiu um poderoso movimento popular em defesa da Legalidade, liderado pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola**,** concomitantemente, de outro governador de outro Estado, Mauro Borges Teixeira, de Goiás. Grande parte da população se solidarizou com a causa defendida por Brizola, dando início a uma ampla agitação social em favor do cumprimento da Constituição. Através de uma rede de rádios, de formação de comitês, da mobilização da população e de parte do Exército foi possível garantir a vitória sobre os golpistas e a posse de João Goulart.

1.1- Antecedentes do Movimento da Legalidade

1.1.1- Os efêmeros meses de governo Jânio Quadros

Na eleição de 1960, para sucessão de Juscelino Kubitschek, as forças governamentais, isto é, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) lançaram para concorrer a Presidência da República, a chapa do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott e João Belchior Marques Goulart.

Em oposição, foram lançados os nomes de Ademar Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP) e de Jânio Quadros, que teve sua candidatura patrocinada pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), além de outros partidos menores.

O nome de Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, com um discurso moralizador, marcado pelo seu símbolo de campanha com uma vassoura que limparia a corrupção do Brasil, oferecia à UDN, a perspectiva de usar o populismo para conquistar o poder através de eleições. Assim, com o apoio deste partido e do Governador do recém-criado Estado da Guanabara, Jânio Quadros iniciou uma campanha política engajada em acabar com a corrupção no Brasil. Essa campanha adquiriu feições bem pessoais, com estilo autoritário e moralista[7].

Dessa forma venceu as eleições com a maior votação já dada a um candidato, ou seja, uma das maiores vitórias registradas em eleições presidenciais no País. Para vice-presidência, venceu João Goulart do PTB. Essa situação se fez possível, porque na época, vigorava a legislação de 1946, que permitia a candidatura independente da chapa do Presidente e do Vice, os quais podiam ser de partidos diferentes e até opostos. Dessa forma, eles tomaram posse em 3 de janeiro de 1961.

O resultado dessas eleições acarretou grandes conflitos, porque muito embora a vice-presidência houvesse ficado para o PTB, com Jango, a UDN conseguia chegar ao poder, através de Jânio, ou pensava ter chegado. Isso foi conseguido graças ao estilo ímpar de Jânio, que constituía o chamado populismo caricato: atacava as elites com denúncias de corrupção e acenava em defesa das camadas oprimidas. Sua ligação com a UDN, entretanto, tornava seu discurso contraditório, já que ela era a representante das elites a que ele atacava.

Após tomar posse no cargo de Presidente do Brasil, Jânio rompeu com a UDN, partido que o elegeu, causando grande insatisfação entre seus integrantes e passou a tomar um conjunto de atitudes que descontentou "tanto à direita como a esquerda" [8]. Ele se mostrou um homem de atitudes radicais e tresloucadas, que conflitavam com sua condição de líder de massas e fenômeno eleitoral[9]. Tais desconfianças se acentuaram, principalmente entre as Forças Armadas, quando ele no tocante à política externa, se aproximou dos países socialistas.

---

[7] FELIZARDO, Joaquim. **A legalidade:** último levante gaúcho. Porto Alegre: Universidade. UFRGS, 1988.

[8] Ibid., p.18.

[9] SILVA, Antonio Silveira. **A Brigada Militar e a legalidade.** Porto Alegre: Martins livreiro**,** 1989.

Jânio Quadros adotou uma política externa, independente e neutra, que causou apreensão em uma época onde a sensibilidade da comunidade internacional exacerbava-se, no auge da Guerra Fria, ante a possibilidade de um conflito nuclear. Reconheceu a Revolução Cubana e condecorou Ernesto "Che" Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Esta iniciativa foi vista como uma afronta ao governo John Fitzgerald Kennedy, que vinha de uma desastrada tentativa de invasão da Baía do Porcos, em Cuba, gerando uma crise com os Estados Unidos.

A abertura veloz e decidida do Brasil rumo a Cuba, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), leste europeu e China causou receio em Washington e nos setores conservadores do Brasil, especialmente em um contexto que os Estados Unidos tinham temor que insurgissem novas "Cubas".

> Inovadora e audaciosa para época, a diplomacia de Jânio mudou completamente a posição internacional do Brasil, ganhou apoio e novos amigos, mas enfraqueceu uma das bases do poder de Jânio: as Forças Armadas[10].

Esses episódios provocaram desavenças entre Jânio Quadros e as forças de direita, significando uma certeza: "de que Jânio na presidência não significava a UDN no poder" [11]. Carlos Lacerda, já então, como governador do Estado de Guanabara, desencadeou uma severa campanha contra o governo, usando como recurso principal a questão da política externa.

As relações entre Jânio Quadros e Carlos Lacerda foram se deteriorando gradualmente. O governador da Guanabara denunciou ter sido aliciado pelo governo, por meio do Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta, a participar de um golpe de Estado. A denúncia ocorreu no dia 24 de agosto de 1961 pelo governador da Guanabara, baseada em uma proposta de que o presidente Jânio Quadros solicitava apoio deste, a fim de realizar uma reforma constitucional, sob o pretexto de evitar que o Presidente da República tivesse que apelar para as esquerdas por falta de meios para governar. A parir daí, deu-se início a crise política: pressões norte-americanas e da UDN provocaram freqüentes atritos entre o Presidente e o Congresso Nacional.

A acusação de Carlos Lacerda de que Jânio Quadros estaria articulando um golpe de estado, fez com que fosse gerada uma crise que teve como desfecho a sua renúncia do cargo de Presidente da República em 25 de agosto de 1961, deixando de legado um caos político.

---

[10] PINHEIRO, 1988, p.21.
[11] FELIZARDO,1988, p.18-19

Na manhã seguinte a denúncia, Jânio renunciou à presidência, atribuindo seu ato a pressões de "forças terríveis". O povo brasileiro, que não sabia e que até hoje não sabe o que se passava nos bastidores de Brasília, recebeu com estupefação a notícia da abdicação do presidente.

"Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo". É um trecho da carta de renúncia de Jânio, que seu ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta entregou ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, o qual se tornou presidente interino até a posse de João Goulart.

Entre as várias conjecturas levantadas sobre a causa da renúncia de Jânio Quadros, conforme o entendimento de Silva, era que ao concretizar a idéia de afastamento, voltaria com poderes absolutos. Provavelmente, considerou que, com a renúncia, a popularidade que o conduziu ao poder o fizesse, desta feita, voltar nos braços do povo e com as mãos livres para exercer o governo do país, conforme lhe aprouvesse, plenamente independente.

O erro de avaliação cometido por Jânio ao renunciar mergulhou o país em uma crise que quase o conduziu a uma guerra civil na medida em que abriu um precedente para um golpe político, organizado pelos ministros militares: o general Odílio Denys, o almirante Sylvio Heck e o brigadeiro Gabriel Grün Moss, e que ia contra os princípios institucionais. A tentativa dos ministros militares de impedir a posse do vice-presidente à presidência da república deu origem a uma intensa mobilização popular conhecida como "Campanha da Legalidade".

1.2- A eclosão do movimento da legalidade

1.2.1 – A tentativa de golpe e o começo do movimento da legalidade

Amparado pelo dispositivo constitucional, Jango era o vice-presidente legal e, em vista da renúncia de Jânio, deveria ser investido e empossado no cargo de Presidente da República. No entanto, as forças de direitas, inconformadas, passaram a articular manobras a fim de impedir a posse do substituto legal do presidente demissionário.

A ausência de João Goulart do País, nesse momento, sugeriu aos ministros militares, forças que lideraram e não viam com bons olhos sua ascensão à preeminência magistratura da nação, o favorecimento ao seu impedimento. Havia dois motivos que embasavam as atitudes daqueles que não queriam ver Jango na presidência da República. O primeiro era a

interpretação política, Jango foi eleito pela chapa da situação; outro motivo era de natureza ideológica e, portanto, bem mais complexo. "Para muitos Jango não passava de um latifundiário travestido de líder populista"[12]. A falta de confiança dos militares em João Goulart, alimentada por definições dúbias e movidas por interesses ditados pela dinâmica da política, vinha desde o tempos em que esse fora Ministro do Trabalho, no governo de Getúlio Vargas. Naquela ocasião, em 1954, acusado entre outras coisas, de tentar lançar as bases de uma República Sindical, Jango teve contra si o famoso Memorial dos Coronéis[13], que praticamente o derrubou do ministério.

> Como líder trabalhista e mentor do sindicalismo e da autodeterminação, Jango estava bem próximo das esquerdas, o que desagradava às forças conservadoras, lideradas pelos ministros militares e por outras figuras proeminentes do poder nacional[14].

A UDN e a cúpula das forças armadas tentaram impedir a posse de Jango[15], por estar ele ligado ao movimento trabalhista, de ter vínculos com o sistema e com o legado de Getúlio Vargas.

Enquanto estava na Ásia, chefiando missão oficial do governo, os três ministros militares aproveitaram o momento e o acusaram de comunhão com o comunismo internacional, assim, Marechal Odílio Denys, da Guerra, almirante Silvio Heck, da Marinha e brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica resolveram impedir a sua posse, pressionando o Congresso para que considerasse vago o cargo de presidente e convocasse novas eleições.

Aos 28 de agosto, em Brasília, Ranieri Mazzilli enviou uma carta ao senador Auro de Moura de Andrade com a mensagem de que os chefes militares manifestavam sua disposição de não deixar o Jango assumir, julgando inconveniente a sua volta ao Brasil, alegando motivo de segurança, tal qual expressa o texto a seguir:

---

[12] SILVA, 1989, p.15.

[13]O Manifesto dos Coronéis, documento também conhecido por Memorial dos coronéis, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes- coronéis e dirigido em fevereiro de 1954 à alta hierarquia militar, em protesto contra a exigüidade dos recursos destinados ao Exército e a proposta governamental de elevação do salário mínimo em 100%. O manifesto teve grande repercussão e contribui decisivamente para a demissão dos então ministros da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e do Trabalho, João Goulart.
Fonte: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/458_1.asp

[14] SILVA, 1989, p. 16

[15] João Goulart , nascido no Rio Grande do Sul, era originário de família de latifundiários e vinculou-se ao PTB a partir da convivência com seu conterrâneo Getúlio Vargas. Sua trajetória política, que ganhou dimensão nacional após uma fase de preparação municipal e estadual, sofreu duas influências decisivas: de Getúlio Vargas, principal expoente da tendência getulista do PTB, e de Alberto Pasqualini, cujas proposições ganharam maior difusão exatamente na fase em que Jango ingressou na política e se consolidou como liderança trabalhista. NEVES, Lucília de Almeida, 2001, p. 167-203.

> Tenho a honra de comunicar a V.Exª que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Goulart.[16]

Diante disso, os ministros militares fizeram publicar um manifesto no qual acusavam Jango de promover a agitação social e de ser simpático ao comunismo. Desejaram não só que Jango não assumisse, mas que fosse preso se tentasse entrar no país. Nos aeroportos internacionais, os aviões procedentes do exterior passaram a ser revistados à cata de João Goulart.

Por outro lado, se havia um setor contrário à posse de Jango, havia outro, que defendia o cumprimento da Constituição. A oposição UDN-militar à posse de João Goulart teve de confrontar-se com os setores militares legalistas e com a resistência organizada de alguns governadores, entre eles Mauro Borges Teixeira, filiado do PSD, de Goiás. Quando este soube da manifestação dos ministros militares de vetarem a posse de João Goulart, na Presidência, passou a arquitetar estratégias para um plano de mobilização em seu Estado como elucidar o povo da situação do país por meio de comunicados nos rádios e jornais e intensificar o preparo da defesa de Goiânia com ou sem a colaboração do Exército. Deflagrou o movimento de resistência em defesa da legalidade. Outro foco de resistência foi no Rio Grande do Sul. É importante salientar que nada foi combinado entre o governador de Goiás e do Rio Grande do Sul. Somente se comunicaram pela primeira vez por meio da Rede da Legalidade no começo de madrugada de terça-feira, 29 de agosto[17]. Ambas autoridades começaram sua mobilização.

Dessa forma, contra os primeiros prognósticos dos golpistas, que imaginavam uma vitória rápida, o golpe não prosperou. Ele foi contido por este movimento de oposição democrática, então liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, que, além da identidade de natureza ideológica e partidária, mantinham ligações de parentesco com João Goulart, em conjunto com outros políticos, militares legalistas do Exército e com a participação de uma grande parte da sociedade civil.

Brizola com o apoio da Brigada Militar alertou e mobilizou a população de Porto Alegre, formou uma cadeia nacional de comunicações, a Rede da Legalidade, e unido com o povo persuadiu o general Machado Lopes, comandante do III Exército, a mais poderosa unidade do Exército Brasileiro, sediada no Sul do país, a resistir ao golpe.

---

[16] BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. (org.), 1996, p..91.
[17] KUHN, Dione. Brizola da Legalidade ao Exílio, 2004.

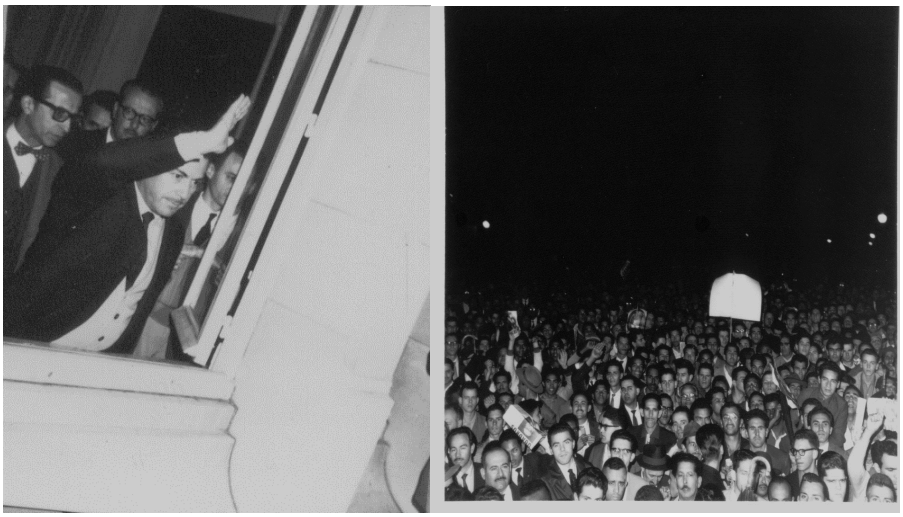


Figura 1- Brizola fala ao povo após a renúncia de Jânio Quadros[18]

1.2.2- A Campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul

A defesa da posse de João Goulart, no Rio Grande do Sul, foi incisiva e teve início no dia posterior à renúncia, em 26 de agosto, quando o deputado gaúcho Rui Ramos fez um relato completo do encontro, ocorrido pela manhã, no Planalto, dele e do deputado Mário Gomes, com o marechal Odílio Denys, através de um telefonema a Leonel Brizola, confirmando que um golpe estava sendo armado pelos militares com o intuito de impedir a posse do vice João Goulart. Essa atitude de infração à Constituição, fez com que Rui Ramos se desentendesse com o ministro da guerra e buscasse apoio junto ao governador gaúcho. Frente a essa notícia e, ainda em estado de choque com atitude da renúncia de Jânio Quadros, o Governador Leonel Brizola reuniu-se informalmente com os membros do Legislativo gaúcho, no Palácio Piratini, decidindo com os parlamentares lutar pela causa legalista. Em seguida, comunicou ao comandante do III Exército essa resolução e várias providências passaram a ser tomadas.

Foram fechados vários estabelecimentos de crédito e escolas como medida de segurança. As entidades de classes começaram a se organizar e manifestar seu apoio à legalidade através de sindicatos. Também foi estabelecido o primeiro comitê de resistência democrática, que foi organizado no "Mata-Borrão", um pavilhão de exposições, localizado na Avenida Borges de Medeiros com a Rua Andrade Neves.

[18] Acervo Fotográfico do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre, RS.

No dia seguinte à reunião no Piratini, que desencadeou o movimento de resistência, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, trocou informações pelo rádio, com o ministro da Guerra, Odílio Denys de que o Governador declarou resistência contra qualquer ação que empedisse João Goulart de assumir o cargo de Presidente do Brasil. O Ministro da Guerra, também, relatou ao general que o Marechal Lott havia lançado manifestos revolucionários à Nação.

A partir do momento que soube da renúncia de Jânio Quadros, o Governador do Estado Leonel Brizola disse que "O Rio Grande do Sul não pactuará com qualquer golpe contra as instituições e liberdade pública" e Sereno Chaise, líder do PTB, por acatamento do legislativo decretou sessão permanente, passando a funcionar ininterruptamente.

A imprensa, aos 27 de agosto, entrou em atuação, irradiando do Palácio Piratini uma importante e urgente comunicação do Governador. As ondas curtas foram direcionadas para o território Nacional. Declarou o governador: "O Rio Grande do Sul resistirá ainda que para ser esmagado". Após declarações de Brizola, na Rede da Legalidade, o Governador notificou ao povo, em rede nacional, as ordens do ministro da guerra, de impedir que o III Exército continuasse sem ação diante da atuação do governador, sendo assim, mandou convergir sobre Porto Alegre toda a tropa do Rio Grande do Sul; a Aeronáutica estaria incumbida de bombardear o Palácio. Embora estando de prontidão todas as forças militares estaduais, o III Exército não havia se pronunciado. O clima era tenso.

> O discurso prosseguia pela cadeia radiofônica. Moradores já começavam a deixar suas residências e locais de trabalho. Estudantes portando faixas e cartazes, tradicionalistas pilchados carregando lanças, batalhões de operários, donas de casa, crianças e idosos. Todos convergiam para o Palácio Piratini. Era a resistência que invadia as ruas em defesa de Jango.[19]

Lauro Hagemann, locutor do Repórter Esso da Rádio Farroupilha, adepto da causa legalista, também decidiu ir até o Palácio oferecer sua voz para a equipe de imprensa. Com a crise recém instalada no país, era necessário manter os gaúchos atentos ao rádio. No dia 27 de agosto, o repórter se apresentou no Palácio, dando inicio a Cadeia da Legalidade.

> A partir daí, colegas de outras emissoras que estavam sem trabalhar, afinal todas as rádios permaneceram fora do ar, se integraram ao movimento. A Legalidade fez com que os profissionais percebessem a necessidade da categoria se manter unida. Observando a mobilização da sociedade, obtida pela Cadeia da Legalidade, foi fundado o Sindicato dos Radialistas.[20]

---

[19] KUHN, 2004, p.61.

[20] Lauro Hagemann era jornalista e radialista. Ele trabalhou no Repórter Esso no período de 1950 a 1964.

No auge do movimento, 104 veículos reproduziram a programação irradiada dos porões do Palácio. Por proposta dos jornalistas, a Rádio da Legalidade passou a se chamar "Rede Nacional da Legalidade".

Sem saber o que reservaria a crise, além da Câmara Municipal de Porto Alegre, em 27 de agosto ter manifestado solidariedade à legalidade, que entrou em sessão permanente, o Prefeito de Porto Alegre se manifestou sobre a crise- política e militar.

O Chefe Executivo Municipal de Porto Alegre, Loureiro da Silva, diante da crise que se abateu sobre o País, fez um apelo para que prevalecesse a paz e a ordem em benefício da população. Consultado pelos jornalistas, à tarde de segunda-feira, 28 de agosto, a respeito de sua posição em face dos acontecimentos políticos decorrentes da renúncia do presidente Jânio Quadros, se posicionou pela manutenção dos princípios constitucionais. Além de se posicionar a favor do cumprimento da lei maior do nosso país, a Carta Magna, o Prefeito de Porto Alegre prestou a seguinte declaração: "A posse do vice-presidente é uma decorrência da Lei Magna. Assim, se aclamaria uma tempestade de natureza imprevisível que poderia até ensangüentar o solo gaúcho". Falou aos repórteres que a mesma asseveração fez à colenda Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que foram ao seu gabinete de trabalho onde se manteve dia e noite atento ao desenrolar dos fatos[21].

Pela manhã, deste mesmo dia, à frente do Palácio Piratini, o ambiente era de inquietação e temor em função da mobilização de tanques e de uma notícia captada por um radioamador de que o Rio Grande do Sul seria retaliado pelo Exército. Ao meio-dia, o Governador Brizola ao microfone da rádio da legalidade, com uma mão no cabo da metralhadora a tiracolo, dirigiu-se ao povo anunciando os fatos. Dom Vicente Scherer, preocupado com as palavras de Leonel Brizola vai até o Palácio.

O Governador Brizola, ao falar para a multidão, aglomerou cerca de 100 mil pessoas em frente à sede do governo estadual, onde tentou mostrar o desatino dos Ministros, "Afirmamos que resistiríamos até o fim e se tivéssemos que sucumbir, ali haveria de permanecer o nosso protesto, lavando a honra e a dignidade do povo brasileiro".

Pretendeu-se, também, com a comunicação por meio da rádio somar tudo que pudesse, porém, sem criar nem um problema com o Exército, pois a situação era delicada, um momento de decisão, então, não se almejava, segundo Brizola "criar nenhum tipo de

---

HAGEMANN, Lauro**.** Entrevista disponibilizada em 7 de maio de 2002, a internet. 2002. Disponível em:<http://pucrs.br/famecos/vozesrad/lauroh.html>.

[21] Correio do Povo, 29/8/61, p.13

problemas ou constrangimentos que viessem dificultar a integração do III Exército na defesa da Legalidade"[22].

O momento era de expectativa, especialmente em relação à posição que o III Exército assumiria. Nessa intermitência de tempo, o General Machado Lopes solicitou uma reunião com o Governador do Estado, que tomou a decisão de divulgar pelo rádio a fim de deixar alerta toda a população. Nessa reunião, o comandante do III Exército notificou o seu apoio ao movimento liderado por Brizola. A partir dessa notificação, cresce a movimentação no Rio Grande do Sul. A agitação e o engajamento aumentam. Grupos aderem ao movimento, entre eles, os universitários que resolveram entrar em greve em favor da investidura do presidente constitucional, e vários comitês de apoio são constituídos em diversos pontos do Estado.

A mobilização acarreta outras atitudes, o Deputado Rui Ramos pediu a Mazzilli que prendesse o Marechal Denys, um dos articuladores do golpe. Enquanto isso, a Assembléia Legislativa do Estado resolveu, por unanimidade dirigir-se ao Presidente Ranieri Mazzilli e exigir imediata exoneração dos ministros militares.

Paralelo a esses acontecimentos, no Sul, entre os dias 30 de agosto até dia primeiro de setembro, concorreu no Congresso um projeto de se institucionalizar o parlamentarismo, no Brasil, em substituição ao presidencialismo. Mas a luta pelo respeito à constitucionalidade, no Rio Grande do Sul, continuou por meio de apelos, adesões de variados grupos, surgiram os comitês em prol da legalidade não somente em Porto Alegre, mas por todo o Estado.

O Congresso, em Brasília, aprovou o projeto que adotava como novo regime, o parlamentarismo, mas, no Sul, não. Inconformado, Brizola acusou violentamente o Congresso de ter atuado sob coação e disse que o parlamentarismo era uma "virtual cassação do mandato do Jango"[23].

O Movimento da legalidade ganhou apoio da larga maioria da nação, políticos, partidos, imprensa, igrejas, sindicatos, entre outros, e assegurou a posse de Goulart no poder. Mas com o compromisso de que Jango teria de aceitar o regime parlamentarista.

Em função, desse novo regime que foi imposto à nação, as manifestações populares em frente ao Palácio Piratini continuaram. O povo ansiava que Jango manifestasse sua opinião se aceitava ou não o parlamentarismo. Em reação ao silêncio absoluto do Presidente queimaram faixas e cartazes.

---

[22] FELIZARDO, 1988, p.51.
[23] Revista do Globo, 1961, p.13

1.3- A Rede Nacional da Legalidade

A decisão dos ministros militares de impedir a posse de Jango repercutiu em diversos lugares e influenciou várias categorias e fez com que as manifestações contrárias a essa atitude arbitrária do alto comando militar sofressem censura, especialmente, a do Marechal Henrique Teixeira Lott. Ao lançar manifesto, ele sofreu pena disciplinar sendo levado preso à Fortaleza de Laje, na Baía da Guanabara, por 30 dias sob a acusação de lançar um manifesto subversivo.

Sob censura, jornais e emissoras de rádio e TV do Rio de Janeiro não divulgaram o manifesto do Marechal Lott. No entanto, em poucas horas, as suas declarações chegaram ao domínio público. De Brasília, o deputado gaúcho Rui Ramos passou por telefone o conteúdo da nota, que foi taquigrafada no Piratini pelo secretário particular de Brizola, Hélio Fontoura. Hamilton Chaves, secretário de imprensa, começou a entregar pessoalmente nas emissoras de rádio e nas redações dos jornais as manifestações de Lott e de Brizola. Nas rádios, Gaúcha e Farroupilha, foi solicitada a repetição dos pronunciamentos ao longo daquele domingo que recém começava. Em pouco tempo, as duas emissoras saíram do ar por ordem do chefe do Estado-Maior do III Exército, Antonio Carlos Muricy[24]. Ele ordenou que as emissoras que transmitissem o manifesto deveriam ser silenciadas pelas autoridades do III Exército, mediante confisco dos cristais e seus transmissores. Assim, no Rio Grande do Sul foram fechadas as rádios Gaúcha e Farroupilha. Permaneceu no ar somente a Rádio Guaíba, porque seus proprietários se negaram a transmitir o manifesto.

O sábado e domingo foram dias de muita tensão e expectativas. Havia uma multidão em frente ao Palácio do Governo e na Praça da Matriz, que atenderam ao chamado do Governador do Estado. As ruas próximas ao QG do III Exército estavam bloqueadas com rolos de arame farpado para impedir o fluxo de carros. Eram os primeiros preparativos para uma guerra civil que se avizinhava. Brizola não esperava que a reação do Exército à divulgação dos dois manifestos fosse imediata.

> Se não fossem tomadas providências, em poucas horas o Palácio Piratini estaria completamente isolado do mundo, restando apenas a alternativa de se comunicar por alto-falantes. Sem o rádio, a Campanha da Legalidade estaria fadada ao fracasso [25].

[24] KUHN, 2004, p.45-46.

[25] Ibid., p.48.

Brizola pediu ao Doutor João Caruso, seu Secretário de Justiça, que redigisse um decreto, requisitando a Rádio Guaíba - única emissora que se encontrava no ar - sob o fundamento que necessitava, de emergência, daquele meio de comunicação para manter a ordem pública[26].

Assim, por volta de 12 horas de domingo, um grupo de choque da Guarda Civil, armado de metralhadoras, ocupou os estúdios da Rádio Guaíba, situados no segundo andar, do edifício da Cia. Jornalística Caldas Júnior. O comandante do pelotão apresentou à direção daquela emissora um oficio assinado pelo próprio Governador do Estado, Leonel Brizola, no qual comunicava que a partir daquele momento a Rádio Guaíba passava à disposição da Secretaria de Segurança Pública.

A emissora passou a ser operada diretamente da sala de imprensa do Palácio Piratini que, por ordens de Brizola foi estabelecida uma ligação direta entre a sede do governo e o transmissor da rádio, na Ilha da Pintada, com a instalação dos microfones e equipamentos. No momento em que passou a funcionar a Rádio, Brizola ordenou que a Brigada Militar ocupasse as torres da rádio para guarnecer a ilha onde as torres se localizavam. A partir desse momento ela se transformou na rádio oficial da Campanha da Legalidade.

> A Farroupilha, uma das emissoras emudecidas por ordem militar, voltou a funcionar ainda no dia 27 à noite e dois dias depois também foi encampada pelo governo do Estado, passando a retransmitir a mesma programação da Legalidade. Como a Gaúcha permanecia fora do ar, então, seu diretor, Maurício Sirotsky Sobrinho, pediu ao Presidente da Assembléia, Hélio Carlomagno, que interferisse junto ao III Exército. Por meio de um ofício dirigido ao chefe do Estado –Maior, general Antonio Carlos Muricy, Carlomagno declarou a Gaúcha como veículo oficial do Legislativo. Com as transmissões feitas de dentro da Assembléia, a rádio deu início ao programa *Ronda das Câmaras de Vereadores.* Nos municípios com os quais era possível contato telefônico, a rádio abria seus microfones aos vereadores [27].

Enquanto, em Brasília, no domingo, havia uma sessão extraordinária com a leitura do manifesto do marechal Lott;

> em Porto Alegre, nos porões do palácio, os jornalistas Carlos Bastos e Flávio Tavares passaram a noite produzindo uma edição extra da Última Hora, jornal nacionalista de esquerda. (...). Depois de ser impresso nas oficinas gráficas da Rua Duque de Caxias, sob a proteção da Brigada Militar, começou a circular pela manhã com a manchete "Golpe contra Jango!" e um editorial na primeira página cujo título era "Constituição ou guerra civil". Estava lançada a Campanha da Legalidade[28].

[26] FELIZARDO, 1988. p. 49-50.
[27] KUHN, 2004, p. 69-70.
[28] Ibid., p.46

Figura 2 -Brizola falando na Rede da Legalidade[29]

Ao mesmo tempo, Brizola valia-se da rádio para emitir manifestos a favor da legalidade para a população, onde provocou a adesão de outras rádios. A requisição da rádio Guaíba foi como efeito dominó, pois todas as demais rádios aderiram, se conectando a rádio oficial da Legalidade. Com a adesão crescendo formou-se uma rede de emissoras gaúchas. Era a Cadeia da Legalidade, que passou a prestar mensagens do Governador e noticiário de todo o País sobre o levante. "Centenas de jornalistas, nacionais e estrangeiros, sob a coordenação de Hamilton Chaves, desenvolveram um trabalho que sensibilizou o povo brasileiro, civil e militar, por todos os quadrantes da Nação"[30].

Dessa forma, o chefe do executivo estadual, em transmissões ininterruptas pela "Rede Nacional da Legalidade" , uma cadeia radiofônica que alcançava todos os pontos do país. Ela conseguiu disseminar a defesa do princípio constitucional e o caráter antidemocrático do veto imposto à posse de João Goulart.

Figura 3 - Governador Brizola falando aos jornalistas das rádios locais[31]

[29] Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre. RS.
[30] FELIZARDO, 1988, p.52.
[31] Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre. RS.

Ao longo de 18 dias, o Rio Grande esteve sintonizado na mesma freqüência, acompanhando durante manhã, tarde e noite a evolução de uma crise que beirou a guerra civil.

> Transformado pela primeira vez no Estado em alavanca popular, o rádio foi o trunfo de Leonel Brizola. Sem o poder do microfone, o governador não teria conseguido sensibilizar os gaúchos e a divisão na caserna não teria aflorado da forma como aflorou, levando grande parte dos generais do III Exército a se colocar ao lado da Constituição[32].

1.3.1- O III Exército se integra à luta pela legalidade

A mobilização do povo atingia Porto Alegre e todas as cidades do Rio Grande Sul, grandes ou pequenas, já se formavam comitês e voluntariados em defesa da legalidade. O espírito cívico crescia no povo gaúcho. Em frente ao Palácio Piratini, era permanente uma multidão de homens e mulheres das mais variadas idades e classes sociais. Nesta hora, constituiu-se uma grande unidade do povo rio-grandense, mas a posição do III Exército continuava uma grande incógnita.

Figura 4 - A multidão na frente do Palácio Piratini[33]

À medida que se agravava a crise política, mais necessário se fazia a adesão da população e das forças políticas e militares.

---

[32] KUHN, 2004, p.69.
[33] Acervo fotográfico do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre. RS.

Preocupado com a evolução da crise, dom Vicente Scherer foi ao encontro de Machado Lopes, no final da manhã de domingo, pedir ao comandante que intercedesse junto ao ministro da guerra, pois não tinha mais dúvidas de que tudo se encaminhava para uma luta fratricida e o melhor a fazer era cumprir a Constituição. A mensagem de Dom Vicente chegou a ser enviada para o ministério da guerra. Era uma tentativa de mostrar que a igreja também estava ao lado da legalidade. Dom Vicente repassou ainda uma mensagem para ser divulgada pela rádio da legalidade. Nela, pedia que os cidadãos confiassem nas autoridades públicas constituídas, às quais estava encarregada a "defesa da ordem constitucional"; também em declaração à Revista o Globo afirmou "deve assumir o governo quem tiver direito" [34].

O alto comando do III Exército passou a tarde e a noite do dia 27, reunido, porém, estava dividido. O general Pery Beviláqua, comandante da 3ª Divisão de Infantaria (DI), havia transmitido no sábado, novo radiograma a Machado Lopes, no qual afirmava que João Goulart teria de ser empossado de acordo com a vontade do povo. "Ninguém é forte fora da lei", dizia a mensagem. Machado Lopes, comandante do III Exército, pediu que Beviláqua se deslocasse para Porto Alegre , o que foi feito no domingo.

No mesmo dia, por volta das 12h, desembarcou de um avião da FAB, na base aérea um grupo de generais, entre eles Oromar Osório e Justino Alves Bastos. Beviláqua e Oromar se mostraram irredutíveis, rejeitando qualquer solução que não fosse assunção presidencial constitucional de João Goulart.

Diante daquelas alturas, já era tarde para neutralizar Brizola sem confronto. O escudo humano que se formava em frente ao Piratini era o principal obstáculo. Quanto mais o governador gaúcho proclamava os seus discursos, mais o povo se aglomerava na Praça Matriz. Era impossível atacar o Palácio sem haver derramamento de sangue. A capital gaúcha estava protegida e munida de arma pela Brigada Militar que, embora em condições inferiores, estava disposta a enfrentar as tropas federais.

[34] Revista do Globo, 1961, p.12.

Figura 5- Tropas da Brigada Militar na fortificação do Palácio[35]

Por outro lado, era necessário barrar as transmissões da Cadeia da Legalidade. Pedro Américo, capitão, recebeu ordem de Machado Lopes de atacar a Rádio Guaíba e confiscar o cristal da torre de transmissão, equipamento necessário para o funcionamento da rádio da legalidade. Porém, o grupo estava divido o que desestabilizava a estratégia. Nesse intervalo de tempo, Lauro Schuch, auditor de guerra da justiça militar, se dirigiu ao gabinete de Machado Lopes para tentar convencê - lo a respaldar a Campanha da Legalidade como sendo a melhor alternativa, pois uma "repressão sem mortos e feridos, já não era mais possível" [36]. Machado Lopes mandou suspender o ataque a Ilha da Pintada.

Domingo para segunda-feira, começavam aparecer indícios de que se preparavam operações militares contra o governo do Rio Grande do Sul. O Exército ainda não havia tomado uma posição. Uma movimentação de tanques pelas ruas da cidade encheu de pânico as pessoas que se encontravam em frente e dentro do Palácio. "Julga-se que é um ataque e desordenamente, todos procuram preparar-se para a defesa ou para o que der e vier. Revólveres e metralhadoras são distribuídos às pressas. Entretanto nada acontece" [37] .

A tensão aumentou no Palácio Piratini quando um radioamador, no dia 28 de agosto,

> transmitiu o que havia escutado de uma comunicação do General Orlando Geisel com o III Exército, por ordem de marechal Denys, determinando que fosse o governo do Rio Grande do Sul compelido ao silêncio, com o emprego da força e do bombardeio pela aviação, se necessário[38].

[35] Acervo fotográfico do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre.RS.
[36] KUHN, 2004, p.56
[37] Revista do Globo, 1961, p. 11.
[38] FELIZARDO, 1988, p.49.

Diante disso, as ondas curtas foram direcionadas para o território nacional, do Palácio Piratini. O governador se pronunciou ao povo gaúcho, acusando os generais de tentá-lo compelir ao silêncio.

> Deve o comando do III Exército impedir a ação que vem desenvolvendo o governador Leonel Brizola. O comandante III Exército atue com a máxima urgência e presteza. Faça convergir sobre Porto Alegre toda a tropa do Rio Grande do Sul, inclusive a 5ª DI, se necessária. Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive bombardeio, se for necessário. Está a caminho do Rio Grande uma força-tarefa da Marinha. E que mandasse o reforço de que precisava[39].

Neste momento, o Palácio recebeu um telefonema do quartel-general do III Exército, pelo qual o general Machado Lopes solicitava ser recebido pelo governador. A audiência foi marcada para as 12 horas. Esse foi o dia mais tenso, conforme o depoimento do jornalista Adaucto Vasconcellos[40], que relatou estarem reunidos os generais do III Exército no QG da rua dos Andradas, em frente ao Piratini, "dezenas de pessoas chorando nas ruas. Mulheres do povo com os filhos ao colo, jovens e velhos subiam às pressas a rua da ladeira dispostos a resistir e morrer com o governador do Rio Grande". O ambiente era de inquietação e temor[41]. Milhares de pessoas se concentraram em frente do Palácio do Governo e na Praça Matriz. Diante da delicada situação, estavam as portas fechadas e guarnecidas do Palácio Piratini por elementos da Brigada fortemente armados, e por pilhas de sacos de areias que serviram de defesa ao palácio.

Figura 6- Visita do Governador Brizola aos postos de seguranças do Palácio[42]

[39] BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. (Org.) , 1996, p.93.
[40] apud FELIZARDO, Joaquim. **A legalidade:** último levante gaúcho. Porto Alegre, 1988, p.41.
[41] Reportagem de Antônio Goulart, A. Edison Salazar de Souza, Carmen Fernandes, Ney Fonseca, Thales Farias.

[42] Acervo fotográfico do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre. RS.

A reunião entre as autoridades foi um momento de expectativa e tensão. As circunstâncias não permitiam mais ficar em cima do muro. Ou o III Exército cumpria as ordens do comando para pôr fim à mobilização, ou quebrava a hierarquia militar e se integrava à campanha legalista. O clima era de insubordinação nas unidades do Exército.

O general Machado Lopes, comandante do III Exército, encontrava-se em uma posição difícil:

> ao mesmo tempo em que defendia a posse de João Goulart se recusava a cumprir as ordens do ministério da guerra de calar Brizola à força. Machado Lopes resistia a respaldar a agitação promovida pelo governador gaúcho. Porém, com a crise ganhando contornos de uma luta armada, já não era mais possível o III Exército ficar numa posição contemplativa. Machado Lopes foi convencido por generais legalistas a respaldar a campanha de Brizola[43].

Na época, foi acusado por alguns oficiais de não ter tido disposição para acabar com a operação montada pelo Leonel Brizola, porém o comandante, em sua atitude, que sempre foi de honrar e respeitar a sua farda, os seus superiores, se coloca em uma posição difícil, pois também tinha o dever de salvaguardar a Constituição; e o ponto culminante que chegou o movimento legalista não podia mais ficar naquela indecisão e nem ser o responsável pela morte de tantas pessoas que se colocavam em favor do cumprimento da lei. Se o Exército avançasse para enfrentar a Brigada e todos os populares que estavam naquele instante disposto a matar e morrer, teria acontecido uma carnificina. Seria quase uma atitude irracional.

Diante dessa situação de temor, o comandante Machado Lopes chegou ao palácio para se encontrar com Brizola."O general Machado Lopes, à frente de um grupo de oficiais, se aproximou lentamente. A massa começou a deslocar-se na direção dos militares" [44].

A seguir, com tamanho civismo, a população não usou de arma de fogo, mas todos cantaram em uma única voz o Hino Nacional. Conforme Adaucto Vasconcellos "o Hino Nacional, brotado da garganta de milhares de pessoas, petrificou os oficiais. Eles pararam e cantaram com o povo. Machado Lopes estava aderindo à legalidade."

Diante da conjuntura que se presenciava, o Palácio guarnecido com a milícia militar, civis e populares dispostos a matar ou morrer, todos contra o veto ao João Goulart e a favor do acatamento à Constituição Brasileira, temendo que qualquer reação poderia resultar numa

---

[43] KUHN, 2004, p.16.
[44] Adaucto Vasconcellos (apud FELIZARDO), 1988, p.41.

guerra civil; percebendo que estava o Exército dividido, uns a favor outros contra, resolveu respaldar o que determinava a Constituição Brasileira. Então, o comando do III Exército, diante dessa situação, não quis ser a alavanca da mortandade de várias pessoas, contrariando as ordens emanadas do Ministério da Guerra, em 28 de agosto, se integra o III Exército à luta democrática e respeito à Constituição.

Após o encontro, Leonel Brizola e Machado Lopes aparecem numa das sacadas do palácio, sendo aplaudidos pela multidão que se aglomerou em frente do Palácio do Governo.

Como contra-ação, o Ministério da Guerra nomeou o general Cordeiro de Farias, comandante do III Exército em substituição Machado Lopes. Pronuncia-se Machado Lopes: ' Prenderei Substituto'. Ao mesmo tempo em que assumiu a postura de defesa da legalidade, Machado Lopes enviou um telegrama a Mazzilli: 'O III Exército, unido e coeso sob meu Comando, não recebe Ordens do Marechal Denys'.[45]

Enfim, a Brigada Militar e o Exército se integram na luta pela legalidade. As Forças Armadas, em Porto Alegre e no interior do estado, formaram batalhões em prol da legalidade.

A determinação do general levou a maioria da oficialidade a apoiar a observância do preceito constitucional, que significava dar posse ao vice-presidente, independente de simpatias políticas. Essa foi uma decisão difícil, porque ao rejeitar as ordens do Ministro da Guerra Odílio Denys, Machado Lopes quebrou a hierarquia militar, cometendo um ato de insubordinação aos seus superiores, mas de defesa da Constituição Brasileira.

1.3.2- Represália ao Rio Grande do Sul

Não se deve ter a quimera de que o Rio Grande do Sul não sofreu nenhuma represália. O Governo Federal, em retaliação, providenciou de isolar o Estado do Rio Grande do Sul, já que não pôde fazer pela força usou outra estratégia. Por ordens do governo de Brasília, dia 2 de setembro, cortaram todas as comunicações com o Rio Grande do Sul ; o Ministério da Aeronáutica proibiu os vôos para Porto Alegre; as ferrovias receberam ordens para que não deixassem os trens atravessarem a fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, sábado pela manhã, o último vínculo foi cortado, a rede telefônica.

[45] Revista do Globo, 1961, p.13.

Mais uma vez a Rede da Legalidade entra em atuação, somente por meio da rádio se conseguia comunicar com algumas cidades e estados como São Paulo, e outras cidades brasileiras através de emissoras que integravam a Cadeia da Legalidade[46].

A crise se manteve numa atmosfera tensa, porém já à beira do desfecho, o Exército permaneceu guarnecendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

> A decisão do III Exército de se aliar ao movimento legalista provocou a ira dos ministros militares. O Rio Grande do Sul passou a conviver com o temor de ataques por ar e por terra. Panfletos tentando provocar a cizânia entre os soldados do III Exército eram despejados de aviões a jato que partiam de Florianópolis.[47]

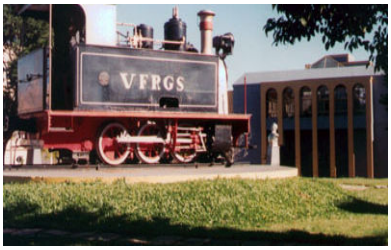
Para manter unificado e não ocorrer cisão que poderia prejudicar o objetivo maior do movimento que era cumprir a Constituição com ascensão de João Goulart à Presidência, o general Machado Lopes faz por meio da imprensa uma recomendação e um apelo a respeito dos folhetos de propaganda que estavam sendo arremessados sobre a capital do Rio Grande do Sul e cidades interioranas. Explicou o significado daquele ato sendo considerado como uma estratégia de desestabilizar a força legalista militar, através da degradação da reputação moral da tropa militar. O comandante do III Exército, Machado Lopes roga à população para não acreditar nos boletins subversivos.

O movimento gaúcho acabou dividindo as Forças Armadas ao conseguir a adesão do general Machado Lopes, comandante do III Exército, à causa da legalidade. A vitória, contudo, foi manietada, já que o novo presidente foi empossado no dia 7 de setembro pela emenda parlamentarista nº. 4, que instituía o parlamentarismo no País. A solução foi adotada sob protestos; esse foi o atalho encontrado pelas lideranças civis para evitar ou adiar o confronto com as Forças Armadas que viria ocorrer em 1964.

---

[46] Correio do Povo, 3/9/61.

[47] KUHN, 2004, p. 75.



2- A "LEGALIDADE" NA CIDADE CORAÇÃO DO RIO GRANDE

2.1- Uma visão global do Movimento da Legalidade

A repercussão da renúncia de Jânio Quadros atingiu todo o Brasil e Santa Maria, cidade do Estado do Rio Grande do Sul, não ficou a parte desse fato político e nem escapou da estupefação ao saber da abdicação de Jânio Quadros. Esse acontecimento engendrou polêmicas; uns justificando e outros o censurando pela sua atitude. Por muitos, considerado um covarde, outros vítima.

A notícia da renúncia chegou em Santa Maria a partir de uma informação ao Exército da 3ª Divisão de Infantaria, sob o comando de Pery Constant Beviláqua, por meio de uma comunicação oficial do Ministro Guerra Odílio Denys. A notícia se espalhou como um foguete, pela imprensa, causando grande impacto sobre os mais variados grupos da sociedade santa-mariense.

Os políticos locais foram um dos primeiros grupos a discutir sobre a abdicação do ex-Presidente. Após a publicação da notícia da desistência presidencial, várias autoridades se manifestaram sobre a abdicação dando sua impressão do assunto, a exemplo de Miguel Sevi Viero (Prefeito de Santa Maria), Dom Luís Victor Sartori (Bispo da Diocese de Santa Maria), Antônio Augusto Fernandes (Juiz de Direito da comarca). Todos aguardavam a marcha dos acontecimentos e pediam ao povo que se mantivessem calmos e em ordem.

Na Câmara Municipal, os Vereadores se reuniram na sala "Coronel Valença", e tomaram resoluções que foram divulgadas oficialmente à população, através da imprensa. A princípio, o que se buscou conhecer foi a causa da renúncia. Depois de saberem que o problema iria mais longe, ou seja, o veto a João Goulart, o debate versou sobre a legalidade.

A intenção dos ministros de proibir que o vice-presidente tomasse posse fez com que os representantes do povo santa-mariense, na Câmara Municipal[48], se pronunciassem contra o veto do Presidente Constitucional, João Goulart, e deliberassem entrar em sessão permanente até o final da crise política.

O Legislativo Municipal além de manifestar seu apoio a causa da legalidade, agenciou ações que envolveram a população, aprovando, em sessões, projetos como alistamento de voluntários na cidade, convidando a população para participar e apoiar a Brigada Militar e o Exército na luta pela Legalidade, conforme relata Dr. Eduardo Rolim[49], então, vereador**,** na época:

> Nós tínhamos a maioria, com hegemonia total na Câmara. Quando estourou a quartelada, em 1961, imediatamente nós nos reunimos na Câmara, ficamos em "vigília cívica" como chamavam, permanentemente, ouvindo a Legalidade e também falando para a população. Então, as pessoas começaram a abrir listas de inscrição de voluntários desejosos de participar de um movimento armado contra os militares. E isso aí foi que mobilizou muito a população, principalmente os ferroviários que, naquela época, era uma classe muito forte, era uma classe politizada, da maior expressão em Santa Maria: eram os ferroviários. Logo, formaram-se batalhões, e até mesmo o pessoal desfilava na rua empunhando mosquetão, cabo de enxada, foices e outras coisas mais. O povo se dirigiu até o quartel da 3ª DI , onde estava o General Pery Beviláqua. O Pery ouviu a população, e eu acho que isso aí o sensibilizou um pouco também, porque ele, depois, aderiu ao movimento.

O Prefeito Municipal, tendo em vista a grave crise que o país estava vivendo, depois de ampla troca de pontos de vista com representantes do Legislativo Municipal de Santa Maria, resolveu publicar as deliberações tomadas pelos dois Poderes ao povo santa-mariense e outras autoridades do Governo Federal, em Brasília, propalando que manifestavam-se rigorosamente pela manutenção da ordem e de respeito e acatamento à lei.

A esses efêmeros, mas tensos momentos do movimento legalista, os bancos paralisaram e o comércio esteve sem movimento durante esse tempo. Alguns estabelecimentos comerciais aproveitaram para fazer balanço. A reabertura dos

---

[48] A Câmara de Vereadores era composta de 15 vereadores naquela época. Depois aumentou para 21 e hoje foi reduzida para 14. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinha 9 vereadores, a grande maioria dentro do legislativo santa-mariense.

[49] Eduardo Martins de Oliveira Rolim pertencia a bancada do PTB. É médico e se formou em 1956, em Porto Alegre; em janeiro de 1957 já estava clinicando em Santa Maria e contínua até hoje. É cardiologista, o seu consultório se localiza na Rua Duque de Caxias. É de uma família tradicional de Santa Maria; veio em torno de 1870, pelo seu bisavô, de maneira que sua família está radicada na cidade há mais de cem anos. Em 1959, se elegeu vereador, de maneira que estava em pleno mandato de vereança, seu primeiro mandato de vereador, quando aconteceram esses episódios da Legalidade.
ROLIM, Eduardo. Depoimento concedido em 25/02/2005.

estabelecimentos bancários e comerciais da cidade estava previsto para logo após a posse de João Goulart. As escolas, em função da ameaça de ataques, suspenderam as aulas.

Na prefeitura, embora o prefeito continuasse seu expediente normal, durante essa fase difícil que passava o País, foram feitas severas restrições nas despesas, como: economia de combustível, retirada de serviço dos caminhões, permanecendo só o absolutamente necessário.

Em reação a situação vigente, o quadro universitário, através de seus órgãos representativos, desde 26 de agosto, resolveu hipotecar incondicional solidariedade às autoridades civis e militares, deflagrando greve geral, pacífica e ordeira com o intuito de corroborar com os grupos que se colocaram a favor do cumprimento da Constituição Brasileira.

A mobilização aumentou com o passar dos dias. Para fazer frente ao golpe, os santa-marienses organizaram-se em comitês, que foram organizados por vários grupos e entidades, entre elas, os ferroviários, professores universitários, professores de escolas estaduais, estudantes universitários, sindicatos, políticos, servidores em geral.

O Diretório Central dos Acadêmicos, na luta solidária pela defesa da Carta Magna, organizou, em 29 de agosto, o Comitê Central Universitário Pró-Legalidade, órgão que coordenou o movimento universitário em Santa Maria a favor da preservação da democracia e da legalidade, que tinha sede na Faculdade de Direito e Economia. Já nos primeiros momentos, os estudantes tomaram deliberações iniciais para a coordenação do seu movimento. Esse comitê era composto por dois elementos de cada faculdade e deveria ser mantido, em sessão permanente, até a normalização do País.

Frente à crise estabelecida no Brasil, líderes de todas as classes de trabalhadores de Santa Maria estiveram reunidos no dia 28 de agosto, no Palácio Rosado[50], ocasião em que trataram da grave situação que enfrentava o País. Após longos debates sobre a situação, no dia seguinte, 29 de agosto, o povo instituiu o Comando de Resistência Democrática que deveria funcionar até que a situação do país estivesse resolvida. O Comando era formado por todas as forças representativas dos sindicatos de classe de Santa Maria, que estavam engajados na solidificação do cumprimento constitucional, por isso, houveram por bem em aceitarem por unanimidade de votos o novo Comando, que permaneceu até que a situação no País voltasse a normalidade. Então, ficou decidido a transformação do comando sindical em Comando de

[50] Localizava-se na Rua Dault, na Avenida Rio Branco. Era espaço central das greves dos ferroviários. Dirigentes da greve se reuniam para organizar e coordenar os movimentos grevistas. CASTRO, João. Depoimento concedido em 18/04/2006.

Resistência Democrática, que ficou constituída de todos os demais legítimos representantes das entidades de classe de Santa Maria, estudantes, comerciários e industriais[51]. O Comando de Resistência Democrática estava atento e em ordem, mas organizado para responder aos golpistas.

Em 30 de agosto, o Major Benjamin D' Ávila Prado, comandante da Brigada Militar, recebeu ordem emanada do Governador Leonel Brizola, enviada por telegrama, para formação de um posto de voluntários. De imediato, o comandante iniciou, oficialmente, o alistamento de voluntários que já contava com mais de mil homens, que espontaneamente se apresentaram ao Regimento.

A imprensa junto ao Comando de Resistência Democrática, instalado no Palácio Rosado, foi informada de que já havia mais de dezenas de enfermeiras e enfermeiros inscritos dispostos a prestarem serviço ao governo do Estado, em caso de necessidade. As inscrições assim prosseguiram até a resolução da crise político –militar.

A imagem abaixo mostra o alistamento organizado pelo Comando de Resistência Democrática na Avenida Rio Branco, nº 382. Os populares registravam seus nomes e respectivos endereços. As inscrições eram realizadas tanto por homens quanto por mulheres. Os homens que gozavam de boa saúde, que tinham condições de pegarem em armas eram chamados para se alistarem e também mulheres que desejassem servir de enfermeiras.

Figura 7- Posto de alistamento[52]

[51] A Razão, 29/8/61.

[52] A foto fixa os populares deixando seus nomes no livro aberto ao voluntariado gaúcho pela defesa da Legalidade e da Constituição. Mais de mil pessoas compareceram ao voluntariado. A Razão, 30/8/61, p.2.

Os funcionários da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul Ltda se mobilizaram e procuraram a Direção da entidade, a qual pediram permissão para se alistarem nas corporações da cidade das quais eram reservistas. Então, organizaram uma lista, onde mais de sessenta funcionários subscreveram, no sentido de que estes, no momento em que se fizessem imprescindível, ingressariam em suas respectivas unidades.

Nesse sentido, se unem em torno do mesmo objetivo que era a defesa da legalidade, por isso, foi transformado o Centro Cívico Ferroviário, Dr. João Goulart em centro pela defesa da legalidade no país. Antes, Centro Cívico Ferroviário era um organismo político que, ao se juntar com outras forças democráticas, passou a ser um organismo apartidário e, a partir desse momento, adotou uma nova denominação: Centro Pró- Defesa da Legalidade. Posteriormente, ao adotar essas modificações se integrou ao Comando de Resistência Democrática, sendo um órgão de auxílio do respectivo Comando, cooptando assim as forças democráticas contra o golpismo. (Anexo A)

Com receio de que uma guerra civil estourasse, a Comissão Central Universitária Pró-Legalidade, em reunião, decidiu pela organização de um corpo de voluntários do serviço de saúde para doações ao banco de sangue. As inscrições foram realizadas na sala do andar térreo da Faculdade de Economia[53] e no edifício da Universidade de Santa Maria, porque em caso de uma guerra civil, seria necessário sangue às pessoas feridas.

Grupo de voluntárias, moças e senhoras, se apresentaram ao hospital da Brigada Militar para realizar inscrições a serviço do Estado, que devido ao mesmo pensamento, seriam necessárias para tratar dos feridos. Diversos voluntários também se apresentaram no Comando da Brigada Militar, dispostos a defender o Estado em caso de possível conflito militar, enquanto outros levavam palavras de solidariedade.

No voluntariado da Legalidade havia pessoas de todas idades e funções, jovens estudantes, operários, senhores, senhoritas, profissionais liberais, aposentados, funcionários públicos, em geral, que acorreram aos chamados do Governador Leonel Brizola e demais autoridades, oferecendo um espetáculo de civismo e interesse na defesa do regime, atendendo

[53] Faculdade de Direito e Economia denominada assim na época. Era uma faculdade de certa forma agregada, porque ela pertencia aos Irmãos Maristas. Ficava localizada onde hoje é o Banco do Brasil, na esquina da Niederauer com a Floriano. A filosofia e outras matérias eram agregadas a Universidade, mas pertenciam também aos Maristas. O diretor da faculdade era o irmão Gelásio, que teve uma trajetória de muita importância em Santa Maria, durante muitos anos, hoje é falecido. Era diretor da Faculdade.
KURTZ, Renan. Depoimento concedido em 20/04 e 18/06/2006.

conforme o apelo dos órgãos dirigentes encarregados da campanha junto à população. O que não faltou foram mensagens de apoio e solidariedade das entidades santa-marienses na defesa constitucional. Desde inativos da Brigada Militar e civis apresentavam-se, voluntariamente, em caso de necessidade.

Concomitantemente, era enviada missiva de apoio ao governador por parte de comitês santa-marienses, associações e entidades. O comandante da guarnição estadual recebia mensagens de agradecimento e apreço pelo apoio prestado, em nome do governador, que agradecia à população, mas que era repassada através das autoridades ao povo.

Além dos Comitês de Resistência, os Centros de Tradições Gaúchas e as Associações existentes na cidade se manifestaram em favor da Legalidade. Integrantes dos Centros de Tradições Gaúchas protestaram e solidarizaram-se contra os ministros subversivos e outras forças que investiam contra a ordem constitucional. Lauro Rodrigues Neto, em nome do Centro de Tradições Gaúchas registrou uma crítica aos grupos que tentaram rasgar a constituição e anular o direito da liberdade: "Toda batalha das urnas nos pleitos mais democráticos do Brasil contemporâneo corre o risco de ser anulada pelas forças dos que investem contra a ordem constitucional"[54].

Também foram enviados muitos telegramas dos comitês e prelados existentes na cidade ao Governador Brizola, ao comandante do III Exército e a 5ª Zona Aérea hipotecando solidariedade.

Na cidade, os ferroviários, categoria respeitada e com grande prestígio, se mobilizaram em torno da legalidade com ameaças de greve de apoio a posse de João Goulart. Em represália ao veto, os ferroviários decidiram entrar em greve caso a Constituição não fosse cumprida, concomitantemente, resolveram entrar em assembléia permanente e, da mesma forma, tomou a decisão o Comando Sindical que apoiou os ferroviários. Com essa atitude, dirigiram-se a todos os núcleos ferroviários do Estado para juntos entrarem em reunião permanente aguardando as ordens de Santa Maria.

As forças adversas à legalidade não ficaram imóveis. Numa tentativa de criar uma cizânia entre seus colegas legalistas, aviões da Força Aérea sobrevoaram a cidade de Santa Maria e lançaram manifestos com a opinião dos ministros militares que desejavam rasgar a constituição e almejavam estabelecer um regime ditatorial no país[55]. Essa atitude preocupou os cidadãos e forças militares santa-marienses. Porém, a população e militares legalistas perceberam a manobra dos ilegalistas, cujo objetivo era intimidar o Rio Grande do Sul, tal

[54] A Razão, 29/8/1961, p.5
[55] A Razão, 02/9/1961.

qual expressou Machado Lopes, comandante do III Exército, como sendo uma forma de desestruturar a coesão do Exército e da Brigada Militar, que estavam irmanados em torno de um objetivo maior, o respeito à carta magna:

> - Soldados do III Exército. Não acreditar nos boletins que acabam de ser lançados sobre as cidades. O nosso moral jamais será abatido por uma campanha psicológica de tal natureza. Estamos unidos em torno de um nobre ideal e tenho certeza que com o apoio Divino sairemos vitoriosos.[56]

Houve trocas de Mensagens entre a Brigada Militar e o Comandante do III Exército no sentido de que se mantivesse a paz, a tranqüilidade e companheirismo entre os colegas militares.

Figura 8 - Pery Beviláqua e Major Benjamin D'Ávila Prado[57]

O movimento da Legalidade levantou a opinião democrática da Nação. Em Santa Maria, mobilizou o maior contingente militar, o segundo do País, na época. A Brigada Militar, a 3ª Divisão de Infantaria (DI) do Exército eram considerados uma das maiores forças militares do país. A grande maioria exigia o acatamento à Constituição, entre ela, alguns militares legalistas; havia outros que se manifestavam contrários. Existiam os oficiais reacionários contrários a este crescimento do movimento popular, "principalmente, aqueles influenciados pelas Escolas Superiores de Guerra que eram filhotes da Escola Washington"[58]. Mas apesar de não se exprimirem de todo seu pensamento dentro dos quartéis, o que não impediu de demonstrarem isso por vias travessas. Como os sargentos eram mais populares, então, ficaram no lado do povo. A reação dos sargentos era de solidariedade e de disposição

[56] Correio do Povo, 3/9/61, p.3.
[57] Centro Histórico Coronel Pillar. Santa Maria. RS.
[58] ROLIM, Eduardo. Depoimento concedido em 25/02/2005.

de ficar ao lado da legalidade com o povo santa-mariense, então, mantinham informados os vereadores, conforme relata, o médico Eduardo Rolim[59] :

> mas a gente, principalmente nós, que éramos os vereadores, recebíamos os recados que eles [os sargentos] estavam prontos a se colocar ao lado do povo. Então, isso aí foi muito usado depois em 64. Os militares golpistas acusaram a quebra de hierarquia dentro do Exército por parte do Brizola.

A briosa Brigada Militar desde o primeiro momento esteve sob as ordens do Governo do Estado e pelo cumprimento da lei. A Brigada Militar de Santa Maria e de todo o Estado estava de prontidão, determinada pelo governador Leonel Brizola. Em toda guarnição de Santa Maria, a situação era de calma e solidariedade, mas estavam prontos para o que der e vier, todavia, acatando as ordens dos superiores comandantes dos quartéis.

Após a decisão do III Exército em aderir definitivamente à ação legalista, tal desfecho foi recebido com entusiasmo pelo povo. A 3ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa Maria, estava sob a jurisdição do General Machado Lopes, comandante do III Exército, de Porto Alegre.

A situação da Brigada Militar, tendo como chefe e líder de uma corporação aguerrida Benjamin D'Ávila Prado, foi de apoio integral ao Governador do Rio Grande do Sul e, tendo na 3ª Divisão de Infantaria, o Comandante Pery Constant Beviláqua, que estavam integrados e atuaram decisivamente em defesa da Pátria comum e das liberdades individuais expressas na Carta Magna de 1946.

O povo de Santa Maria, em 30 de agosto, na Praça Saldanha Marinho, realizou grande manifestação e concentração pública em defesa da legalidade e da investidura do presidente constitucional do Brasil, João Goulart, promovida pelo Comando de Resistência Democrática. Vários oradores[60] entre eles acadêmicos, vereadores, o prefeito da cidade, líderes operários e entidades classista conclamaram pelo cumprimento da constituição e a grande massa popular que compareceu aplaudiu os oradores.

---

[59] Depoimento concedido em 25/02/2005.

[60] Usaram da palavra dentre outros, o acadêmico Antonio Carlos Machado, vereador Pantaleão Lopes e Antonio Abelin, representantes da Câmara de Vereadores, o prefeito Miguel Sevi Viero, vereador Nelson Marchezan, em nome dos universitários da Resistência Democrática, Clóvis Moraes Rodrigues representantes dos Estudantes de Medicina, que se encontravam na cidade. A Razão, 31/08/1961. p.8.

ELOQUENTE A DEMONSTRAÇÃO DE APÔIO
POVO DE SANTA MARIA EM PRAÇA PÚBL

Desfile de oradores manifestando-s
mente pela Constituição.

A intensa atividade local no dia
tôda com vistas à situação atual ob
realização de reuniões do Comando
tência Democrática, dos diretórios
cos e outras entidades estudantis,
ções classistas e centros políticos, be
transmissão através das emissôras
nas de mensagens de solidariedade
nador do Estado, Fôrças Armadas e
ia Legislativa.

A séde do Comando de Resistência Democrática esteve movimentada, recebendo a visita de líderes de idênticos movimentos e, ainda, dos voluntários.

CONCENTRAÇÃO

Na Praça Saldanha Marinho, realizouse a noite, grande concentração pública em defêsa da legalidade e promovida pelo comando de Resistência Democrática. Grande massa popular compareceu ao lo

Aspecto colhido na noite de ontem na praça Saldanha Marinho, quando o povo santamariense realizou grande manifestação em favor da legalidade e posse do Presidente constitucional do Brasil, João Goulart.

Figura 9 – Notícia no jornal "A Razão" sobre a manifestação em praça pública[61]

Ainda neste dia, quarta-feira, houve um ciclo de atividades na cidade. Foram realizadas reuniões do Comando da Resistência Democrática, dos diretórios acadêmicos e outras entidades estudantis, organizações classistas e de centros políticos, bem como a transmissão de centenas de mensagens de solidariedade através das emissoras ao Governador do Estado, às Forças Armadas e à Assembléia Legislativa com vistas à situação do momento.

As ruas se transformaram em palco de grande civismo. Realizaram-se, durante a campanha, desfiles com a participação de grande massa popular, civis, militares, políticos, e profissionais das mais variadas categorias pelo centro da cidade. Centenas de pessoas na tarde do dia 31 de agosto rumaram o quartel general, ocasião que prestaram grande homenagem ao general Pery Constant Beviláqua, comandante da guarnição da 3ª DI[62]. A passeata saiu da sede do Comando de Resistência Democrática, com a participação de vários trabalhadores, portando cartazes alusivos à luta pelo retorno do país à normalidade. Percorreram o centro da cidade, tendo a frente os cavalarianos que levaram os pavilhões nacional e do Rio Grande do Sul, que entre vivas, prestaram grande homenagem ao general Pery Constant Beviláqua, que também se pronunciou ao povo, saudando-o.

À noite, desse mesmo dia, o general da legalidade, como era conhecido o comandante da 3ª DI, na presença de centenas de trabalhadores, demonstrou a sua posição em defesa das instituições democráticas e sua tenacidade para que a lei fosse cumprida. Com isso recebeu

[61] A Razão, 31/8/61, p.8

[62] A Razão, 1/9/61.

muitos aplausos em seu discurso como uma reciprocidade da aprovação das palavras que o povo escutava.

> - Como soldado, não sei o nome do vice-Presidente da República.
> Sei, e isto é importante, que um cidadão brasileiro ocupante da vice-presidência da República , pela renúncia do Presidente eleito, é o seu legítimo sucessor, e, como tal deve governar o Brasil na plenitude da sua legitimidade democrática.

Também declarou em sua alocução o dever de todos os brasileiros:

> dedicar-se ao serviço da Pátria, mesmo que, para tanto, fosse necessário o sacrifício da própria vida. Como militares, juramos dedicação à Pátria e nessa tarefa nos cabe, a nos fazer matar em defesa de seus mais altos postulados. É preciso dizer não a esses aprendizes de feiticeiros, que se colocaram acima dos interesses comuns da Nação brasileira contra os sentimentos da sua autodeterminação. A decisão da III Divisão de Infantaria, pela palavra do seu comandante, é inabalável e, aqui, cabe citar a expressão gloriosa: Se eu avançar sigam-me. Se eu recuar, matem-me! Se eu morrer, vingue-me! Precisamos unir todos os brasileiros para um Brasil forte e coeso, libertado de interesses do exterior. Nesta campanha, unem-se civis e militares mesmo por que, em verdade, o soldado é um civil a paisana e o paisano um civil fardado!
> Precisamos dizer bem alto, com espírito de decisão a estes dementados de Brasília, que na calada da noite perpetraram um crime contra as instituições, que estamos dispostos, unidos todo o povo brasileiro, para restaurar a dignidade da Pátria.
> Apelo à consciência dos brasileiros para os esforços supremos de nossa luta como uma reposta aos desatinos do ex-Ministro Odylio Denys.
> Agradeço em nome das forças armadas de Santa Maria, a esta vibrante demonstração de solidariedade do povo de sua terra, demonstração que é uma verdadeira vitamina moral à nossa luta e, mais uma vez, com as fibras do meu coração, conceito a comunhão mais perfeita dos nossos ideais até a vitória final[63].

No geral, a situação era de calma, porém, a guarnição militar estava atenta a qualquer manifestação pública de desordem, e a milícia municipal estava pronta para manter a ordem na cidade.

O Capitão de Vasco Leíria, segundo o entrevistado Quintino Corrêa de Oliveira[64], era muito admirado pela sua bagagem cultural, por sua simplicidade e muito estimado pela imprensa. O capitão Vasco liderou tropas de voluntários que foram arregimentados para

---

[63] A Razão, 1/09/1961, p.8.

[64] Nasceu em Tupanciretã, porém veio para Santa Maria com 15 anos, em 1954 para continuar seus estudos. Estudou no Manoel Ribas e permaneceu em Santa Maria.Trabalhou partir de 1958 na Rádio Santa-mariense, depois trabalhou na rádio Guarathan e terminou a carreira como radialista e jornalista, na rádio Imembui. Também se formou em Medicina Veterinária. Fez concurso e entrou na universidade, foi professor do Departamento de Saúde Pública e medicina preventiva e compôs equipes de saúde pública. E como era jornalista, quando abriu o curso de comunicação, começou aproximar-se do curso de Comunicação Social. Mais tarde foi convidado para assumir umas disciplinas na área de rádio e televisão. Na ausência de alguns professores, foi chamado e acabou ficando. Atuou por 25 anos na Universidade. Nos últimos anos, praticamente estava na comunicação. No início, concomitantemente, com a área de saúde pública. Depois, ficou só na comunicação e, posteriormente, fez concurso para titular na área da comunicação, e acabou seu tempo de serviço na área de comunicação.

concretizar o objetivo do movimento que era levar Jango à Brasília para assumir a Presidência. Assim relatou o jornalista e professor Quintino de Oliveira:

> Ele assumiu o comando do que seria a tropa dos voluntários, porque o movimento da legalidade a partir de um dado momento começou a arregimentar pessoas, porque no fundo, no fundo lá adiante o que a gente teria feito, segundo a idéia do movimento. Poderia até ter apanhado, sei lá o que ia acontecer, mas nós iríamos todos o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, grande parte de São Paulo e quem mais quisesse no Brasil. Nós íamos nos unir todos e nós íamos lá em Brasília colocar Jango na cadeira de Presidente, quer dizer, essa era a idéia, né?
> (...) era um objetivo a curto prazo. A prazo e calculado, quer dizer, que não se sabia se ia demorar ou não. Agora, se insistissem em negar a posse do Jango, e por isso, começou a arregimentação de pessoas e aqui os voluntários, as pessoas, que como eu, já tinham servido ao Exército etc. e tal. Em princípio, iria me apresentar no Exército. No quartel do Exército, na condição de voluntário onde muitos foram, mas o Coronel Leíria nos convenceu e todo o pessoal de rádio, especialmente, "não, vamos pra Brigada!" e, como a gente era, realmente, cativado por ele, e como a Brigada é uma coisa que tem como eu vou te dizer, ela está muito no coração do Rio Grande do Sul, do gaúcho, porque é uma coisa nossa que tem toda uma história, então, se tu vais ver os movimentos onde que a Brigada participou e tal. E é uma Brigada nossa, muito nossa. E como o movimento tinha nascido, aqui, era coisa que embora já tivesse se alastrado, a essa altura por todo o Brasil. Já tinham núcleos da legalidade. Era um movimento que nasceu no Rio Grande do Sul. E liderado por um gaúcho com marca na testa que era o Brizola, o último dos caudilhos.

No cenário político do País, as coisas pareciam se encaminhar para a ordem e a legalidade. A posse de João Goulart foi notificada ao general Pery Beviláqua através de um telegrama que, ao tomar conhecimento da informação, no dia 2 de setembro, falou à imprensa de Santa Maria, pronunciou-se sobre o telegrama recebido do general Machado Lopes de que a Constituição fora cumprida.

Nesse dia, o Comando de Resistência organizou uma grande passeata em defesa da legalidade e da posse de João Goulart. A passeata ocorreu, à tarde, com a presença de trabalhadores de variados meios profissionais, políticos, estudantes, grupos de enfermeiras, mais de cem cavalarianos residentes em Santa Maria tomaram parte do memorável 'desfile da vitória da constituição da república', sob as bandas do Colégio de Santa Maria e Colégio Estadual Manoel Ribas, desfilaram pelas ruas centrais da cidade universitária numa demonstração de patriotismo e de liberdade democrática.

Rumaram da sede do Comando de Resistência Democrática, diversos "batalhões", formados por operários, estudantes, universitários e vários outros grupos ao centro da cidade, que sob a banda de música desfilavam. Concentraram-se, inicialmente, frente à Prefeitura Municipal onde foi ouvido o Prefeito Sevi Viero, seguindo o desfile pela Avenida Rio Branco

até atingir, na rua do Acampamento, a Câmara de Vereadores[65], ocasião em que os comandantes dos batalhões saudaram o poder Legislativo Santa-mariense.

As pessoas formaram os "batalhões de resistência democrática", que saíram às ruas onde a palavra de ordem era "tudo pela legalidade! tudo pela preservação do regime democrático!".[66]

O itinerário começou na Praça Saldanha Marinho, passou pela Câmara de Vereadores, na rua do Acampamento, até a Brigada Militar, onde os líderes dos batalhões prestaram uma pequena homenagem à Brigada Militar na pessoa de Benjamin D'Ávila Prado, comandante daquela corporação que os receberam. Após a chegada ao quartel da Brigada Militar, em nome dos acadêmicos se pronunciou Vinícius Pitágoras saudando a briosa corporação militar. Agradeceu e manifestou o apreço e simpatia pela força militar. Ao regresso da Brigada Militar, os "batalhões de resistência democrática" promoveram uma vibrante concentração na Praça Saldanha Marinho. O desfile transcorreu em clima de perfeita ordem e dentro do espírito patriótico.

Esse momento foi vivenciado por Carlos Renan Kurtz[67], que na época era estudante de Direito e colega do Dr. Vinícius Pitágoras Gomes, que deixou registrado seu testemunho:

---

[65] O endereço da Câmara de Vereadores em 1961 era na Rua do Acampamento, nº 400, onde hoje está a Loja Benoit. A Câmara ocupava a parte superior, entrando por uma escadaria lateral que fica no lado direito do prédio. A parte superior já era ocupada por uma loja naquele tempo. Atualmente, está localizada na Rua Vale Machado, nº. 1415. ROLIM, Eduardo. Depoimento concedido em 11/04/2006.

[66] A Razão, 3/9/61, p.8.

[67] Estudou na Escola Olavo Bilac, onde fez o primeiro e segundo grau e concluiu o cientifico no Manoel Ribas. Depois, transferiu-se para o Uruguai onde prestou vestibular em espanhol para ingressar na Faculdade de Agronomia. Conseguiu a aprovação e concomitantemente começou a trabalhar no Consulado do Brasil. Dois anos após, deixou suas atividades no Uruguai retornando a Santa Maria, onde começou a cursar a Faculdade de Direito da UFSM. Participou do grêmio estudantil da faculdade e logo após foi eleito Presidente da Federação dos Estudantes da UFSM, que mais tarde passaria a chamar-se DCE, denominação que perdura até hoje. Assim foi o primeiro presidente do DCE de Santa Maria. Na parte política, o conselho de representantes resolveu aderir a greve da UNE pela maior participação dos estudantes nos órgãos diretivos das universidades brasileiras. Embora UFSM fosse uma universidade interiorana e criada recentemente, teve a maior adesão à greve de todas as universidades brasileiras. Concorreu como vereador, pelo PTB, sendo eleito com a maior votação individual da cidade. Isto ocorreu em l963 e logo após, em março de l964, ocorreria o golpe militar. Resistiu com pronunciamentos nas sessões da Câmara contra as arbitrariedades praticadas pelos militares e seus asseclas, acabando sendo preso em duas oportunidades nos quartéis da cidade. Inscreveu-se para participar do concurso público para Juiz Federal do Trabalho para trabalhar tendo como jurisdição o RGS e Santa Catarina. Conseguindo aprovação no concurso, o Tribunal do Trabalho, pressionado pelos militares desobedeceu a ordem de classificação do concurso e não publicou o seu nome entre os aprovados o que motivou uma luta judicial que acabou vitoriosa somente em 2003 após mais de trinta anos. Hoje está aposentado como Juiz Federal do Tribunal do Trabalho. Em l969, impediram sua posse como Juiz, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, ou seja, foi cassado pelos ditadores da época. Em l979, veio a anistia política e concorreu pelo PDT, a Deputado Estadual, e foi eleito e reeleito em mais duas oportunidades e em l984 concorreu a Deputado Federal, sendo eleito. Neste período como Deputado disputou duas eleições para Prefeito e nas duas oportunidades ficou em segundo lugar.

> Neste período, a atividade política era muito intensa com grande participação da população. Em nossa cidade, tínhamos a maior concentração de ferroviários do Estado e suas maiores lideranças. Juntamente com os portuários constituíam as mais fortes agremiações sindicais do Rio Grande do Sul e constituíam o cerne e a espinha dorsal dos partidos de esquerda. Quando houve a tentativa de golpe, com a resistência heróica do Governador Leonel Brizola, a solidariedade ao Governador foi forte e ganhou as ruas. A sede da resistência foi o Palácio Rosado, na Avenida Rio Branco, esquina com a rua Dauth. Entre as inúmeras manifestações políticas, recordo da grande caminhada que começou na gare da Viação Férrea, subiu a Avenida Rio Branco, continuou pela Acampamento e foi até o quartel do primeiro Regimento da Brigada Militar para fortalecer a posição do comandante da Brigada Coronel Benjamim Prado que estava solidário com o Governador, ou seja, com a legalidade.
>
> Eu fui designado a falar em nome dos estudantes, mas declinei da incumbência em favor de meu colega de Faculdade de Direito Vinícius Pitágoras Gomes. A força das manifestações populares influenciou para que a guarnição de Santa Maria a mais importante do Estado acabasse ficando ao lado da legalidade. Mas o que decidiu mesmo foi a coragem cívica de Leonel Brizola que estava pronto para resistir lutando, dando, se necessário fosse, em favor do respeito à Constituição, sua própria vida.

Estudante de Direito na época, hoje advogado, o sr. Vinícius Pitágoras Gomes[68] também relembra esse momento histórico e memorável do desfile:

> Eu lembro que em 1961, na Legalidade, o povo na rua, eu lembro! Eu fazendo um discurso na praça e, lá , na Brigada.
>
> Eu fiz um discurso, lá na frente da Brigada. Naquele dia, eu fiz uns cinco discursos. Nós íamos por pontos. O primeiro encontro foi na Câmara de Vereadores e ali começou. (...) Veio o povo para rua no discurso. O comandante na época era o Benjamin, era nosso. Nos reunimos na Câmara e, dali, articulamos e resolvemos nos encontrar todos que estavam a favor da Legalidade na Viação Férrea, e dali seguiram a pé. A ponta , a frente da passeata estava na frente do Centenário e o fim não tinha saído da Viação Férrea ainda, de tanta gente. E dali, fomos até a Brigada. Lá quando chegamos, os brigadianos não quiseram deixar que entrássemos, meio que trancaram. E foi aí que eu falei: Comandante Prado, pisaram no pala do Rio Grande. Mas veio abaixo. E discursei na sacada da Brigada.
>
> Não queria que o Jango assumisse. Então, pisaram no "pala do Rio Grande". Como que não iam deixar um gaúcho assumir a Presidência?

[68] Nasceu no dia 12 de junho de 1932, tem 74 anos; reside em Santa Maria, mas é natural de Uruguaiana. Era estudante de Direito na época. A Faculdade ficava no colégio dos Padres. Naquela época , não tinha a Federal, só tinha o Colégio Santa Maria. Onde é o Banco do Brasil. Venho para fazer a Faculdade de Direito em 1960. E aí arrebentou a legalidade em 1961; o qual participou, foi preso na ditadura.

Foi Delegado Regional do Trabalho, em Porto Alegre de 1985-1990; foi vereador e subprefeito de Uruguaiana, foi funcionário da Assembléia Legislativa de Porto Alegre, foi candidato a Deputado Federal, foi Presidente da OAB de Santa Maria , foi Conselheiro Estadual da OAB, é membro da Estância da Poesia Crioula, tem 14 músicas premiadas , é compositor, pintor , poeta e escritor. Exerce advocacia.

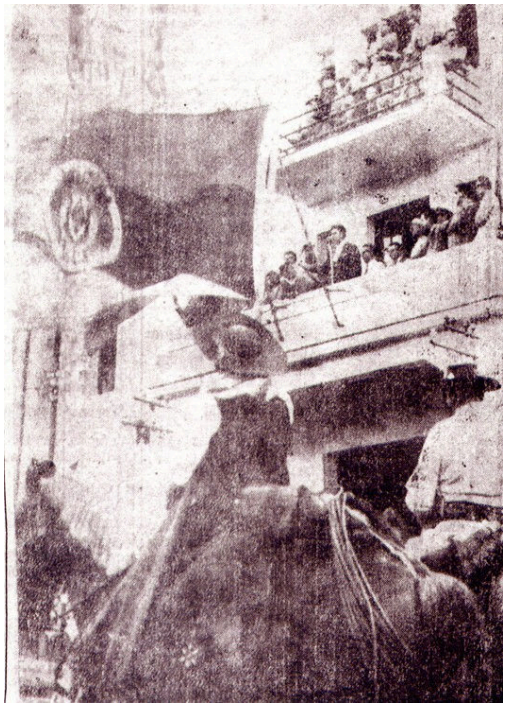


Figura 10 – Civis em frente ao quartel. [69]

Na cidade, o panorama era de campanha, houve um trabalho de arrecadação de fundos, para isso se programou uma campanha de doações populares em dinheiro, que foi comunicada pelo jornal local com a devida autorização das autoridades respeitadas. Tais contribuições serviriam para fazer cartazes, alto-falantes, impressos e outras despesas. Já no domingo, dia 3 de setembro, foi programada pelas professoras estaduais uma campanha para doações de sangue, nos grupos escolares que teria início na segunda-feira, dia planejado para realizar as inscrições de quem quisessem ser voluntário. A exemplo, desse acontecimento Carlos Renan Kurtz relatou um fato que foi visto por ele e que o impressionou:

> Vitalino Câmara[70] era uma pessoa muito ligada a minha família. (...). Mudando-se para Santa Maria passou a atuar como construtor. Era um negro alto e forte, educado e com excelente conceito social. E, na legalidade, já idoso, mas

[69] Foto que retrata o desfile de solidariedade ao Movimento Legalista na cidade. Os civis em frente ao quartel da Brigada Militar e ao seu Comandante, Major Benjamin D'Ávila Prado. A foto, de João Rodrigues, fixa o momento em que o acadêmico Vinícius Pitágoras, em nome dos Universitários de Santa Maria, saudava a Brigada Militar. E no primeiro plano, um gaúcho com a bandeira do Rio Grande do Sul.
A Razão, 03/09/1961, p.1.

[70] Segundo o senhor Renan, quando seu avô João de Barros Carrion, foi subprefeito do então Distrito de São Martinho, hoje município emancipado de São Martinho da Serra, Vitalino Câmara foi seu ajudante de ordem, nos idos de l935 e no inicio dos anos 40. Naquela época, eram freqüentes as arruaças nos bailes, canchas de carreira, etc. Com brigas, com armas brancas (adagas e facões), tiroteios, e não era raro ocorrer mortes nestas disputas. Vitalino Câmara se notabilizou participando de inúmeros entreveros como guarda-costas do seu avô, já que o subprefeito era a autoridade máxima no Distrito.

> mantendo sua postura ereta e forte, apresentou-se como voluntário para pegar em armas na defesa da legalidade e, inclusive, para doar sangue, pois poderia se repetir o episódio ocorrido na revolução de 30, quando os gaúchos comandados por Getulio Vargas rebelaram-se contra a União, e foram vitoriosos [ficando famoso o registro dos gaúchos atando seus cavalos no obelisco do Rio de Janeiro]. O interessante é que era uma pessoa de idade que queria doar sangue para o movimento. A apresentação de Vitalino Câmara foi registrada num informativo do movimento que era distribuído à população de Santa Maria a partir da Casa Rosada, uma espécie de QG do movimento, que como já mencionei ficava na Avenida Rio Branco. Foi destaque pela idade avançada do voluntário e sua entusiasta adesão à luta armada, fiel a seu passado, acostumado as lutas e entreveros. Durante muito tempo eu guardei este informativo, que com o passar dos anos, infelizmente, foi perdido. Mas acredito que especialmente com alguns ferroviários que tenham participado da legalidade possa se resgatar muitos documentos da época.

Nesse mesmo dia, em Santa Maria, também os "batalhões de resistências" rumaram para a Brigada Militar a fim de prestar homenagem ao Comandante desta Guarnição**,** Major Benjamin D'Avila Prado, que foi saudado pelos universitários, tendo como representante Vinícius Pitágoras Gomes. Ele também foi parabenizado pelo líder Ferroviário Argemiro Antonio da Rosa, que encerrou a homenagem. Ao retornar, os integrantes dos batalhões, fizeram uma concentração na Praça Saldanha Marinho, sendo, então, as autoridades aplaudidas por populares.

Quanto à imprensa, no geral, jornalistas e radialistas, aderiram à legalidade transmitindo dia e noite os acontecimentos da cidade e em outras regiões. Alguns deles contribuíram para esse estudo depondo sobre suas ações e suas visões sobre a resistência legalista. Somou-se seus depoimentos ao da imprensa escrita da época, que deixa o seu testemunho da história. Manifestos foram publicados, os radialistas noticiaram e se aproximaram das autoridades militares, do Exército, dos políticos, dos religiosos e da massa popular. Os jornalistas, em geral, assumiram um papel de conscientização e buscaram conseguir adesões das demais autoridades para apoio à causa, dando a voz a diversas categorias.

As emissoras da cidade aderiram a "Cadeia da Legalidade" mantendo o povo de Santa Maria informados sobre os eventos. Da "Rede da Legalidade", o governador Brizola fez um apelo para todos os Estados, para que as emissoras gaúchas e de todo o Brasil integrasse a Rede em defesa dos direitos legais, ao movimento legalista, do Rio Grande do Sul, que tem à frente o Governador do Estado, o III Exército e V Zona Aérea. Da mesma forma, a rádio Guarathan integrou a Rede da Legalidade narrando os acontecimentos no País, no Estado e de Santa Maria. Assim, aos poucos outras emissoras locais foram aderindo como a Imembuí, Medianeira e Santamariense.

A Igreja, também manifestou o seu parecer. A igreja católica, através de Dom Luís Victor Sartori, pronunciou-se por meio da Rádio Medianeira de que "a crise deverá ser superada dentro da lei"[71].

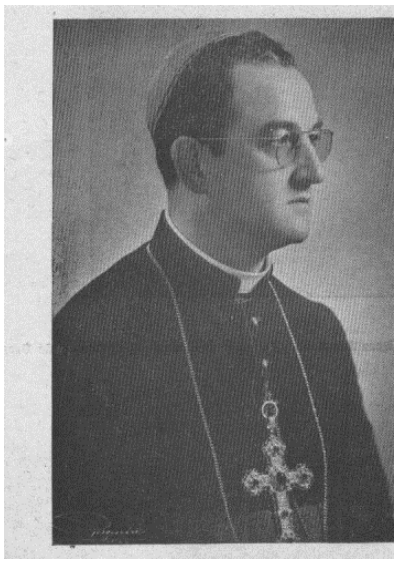


Figura 11 - Dom Luís Victor Sartori[72]

Além de Dom Luís; a Igreja Episcopal , por meio do bispo Plínio Lauer Simões, se manifestou também sobre a crise brasileira: "apesar de não ser da competência da Igreja ditar soluções às nossas autoridades Constituídas", registrou estarem, como todos os demais brasileiros "apreensivos em face da hora que estamos vivendo". Propôs harmonia entre os homens e pediu ao povo para fazer preces a Deus "para que se digne a manter em nossa querida Pátria um ambiente de ordem e acatamento às leis"[73].

Tal crise, que se originou, com o veto ao presidente constitucional, ocasionou uma grande mobilidade e resistência por parte de militares e civis, beirando uma guerra civil e até com perigo de chegar a um ato fratricida. A igreja católica, com receio de que o pior viesse a acontecer, promoveu uma romaria do Santuário da Medianeira à Catedral.

A romaria ao santuário da Medianeira, realizou-se, em 3 setembro, em nome do Rio Grande do Sul, cuja concentração final ocorreu frente à catedral. A romaria teve início às 16:30 horas, no Santuário da Medianeira, de onde saiu a sagrada imagem rumo à catedral, onde se fez uma concentração popular para celebração da missa. Tal nota oficial foi oferecida pelo Padre Luiz Sponchiavo- cura da catedral – na:

---

[71] A Razão, 1/9/61, p.8.
[72] Livro: A Diocese de Santa Maria, 1957. p.3
[73] A Razão, 1/9/61, p.8.

> (...) intenção do estabelecimento da paz interna em nossa pátria, para que Deus ilumine as autoridades a encontrar uma solução pacífica para atual crise política para que sejam resguardada todos os princípios constitucionais do país e para que em breve se restabeleça a paz social seriamente abalada.[74]

Passados os dias, em 6 de setembro, a sociedade começou a entrar na normalidade. Decidido pelo fim da paralisação, foram reiniciadas as atividades escolares e universitárias.

E quando de fato ocorreu a posse de João Goulart na Presidência e o ambiente estava tranqüilo, dia 7 de setembro, foi reconduzida, à tarde, da Catedral Diocesana ao Santuário, a Imagem da Medianeira. Nesse ato cívico- religioso, foram convidadas autoridades judiciárias, militares, civis e educacionais, bem como entidades de classe como a dos professores, dos ferroviários, cooperativistas, bancários, operários e população em geral.

Ao final da crise foram homenageados o governador Brizola, Machado Lopes, Pery Constant Bevilaqua e Benjamin D'Ávila Prado com o título de "Cidadão Santa-mariense". Algumas autoridades foram homenageadas em Santa Maria e na Capital, Porto Alegre, porque apoiaram a posição do Estado durante a crise política estabelecida, por isso, Assembléia Legislativa do Estado concedeu título "Cidadão Riograndense" aos generais do Rio Grande do Sul, entre eles Pery Constant Beviláqua . Depois da luta, a glória.

2.2- A mobilização da imprensa santa-mariense

A imprensa ostentou um papel ativo e importante durante esse curto e tenso período de crise. Os jornalistas, em sua maioria, como será percebido ao longo desse estudo, estiveram engajados e noticiando os acontecimentos ocorridos tanto na cidade de Santa Maria quanto do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A Associação Profissional dos Jornalistas de Santa Maria mobilizou profissionais de rádio e imprensa para que acompanhassem e divulgassem as notícias e protestos de maneira intransigente na luta pela liberdade. Consciente do momento vivido de tensão, a Associação dos Jornalistas de Santa Maria associou-se com as autoridades riograndenses , com as forças de III Exército, à 3ª. Divisão de Infantaria (D.I) e, especialmente, à Brigada Militar, a autoridades e população santa-marienses na vigilância da tomada na defesa do regime e no respeito à vontade popular manifestada nas eleições de 1960.

[74] A Razão, 3/9/61, p.8.

Os jornalistas de Santa Maria tiveram oportunidade de participar de importantes momentos desse episódio. Em 26 de agosto, o repórter Robinson Flores, de A Razão, assistiu, por interesse da solução democrática do problema, a reunião do Governador Leonel Brizola com os líderes da Assembléia Legislativa do Estado. Ele foi introduzido na sala, juntamente com o Professor Clay de Araújo, Secretário do Trabalho, tendo a oportunidade de assistir à reunião privada, mantida entre o Governador e os representantes do povo riograndense, num debate sobre os últimos acontecimentos que refletiram de maneira dramática na opinião pública.

A renúncia do Presidente Jânio Quadros foi objeto de demorados debates entre Leonel Brizola e os líderes dos partidos da Assembléia Legislativa, destacando-se as manifestações, especialmente, do Chefe do Executivo riograndense, dos deputados Hélio Carlomagno, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Cândido Noberto, Mario Mondino e Moab Caldas.

O Leonel Brizola focalizou o problema brasileiro em face da realidade sul-americana, detendo-se em detalhes relativos à situação do País. O Governador, depois de ler a mensagem dirigida ao povo gaúcho, propôs a medida relativa à necessidade de uma investigação sobre os pontos que levaram o ex-presidente a renunciar.

O representante do jornal A Razão, presente à reunião, naquele momento, notou um elevado espírito de entendimento em torno das diferenças que dominam, de maneira sabida, o panorama político do Rio Grande, no sentido do comportamento do povo gaúcho, naquela dramática conjuntura, que não fosse outro, senão o de lutar pela preservação do regime democrático, condição, aliás, de sobrevivência das instituições brasileiras.

Conclusivamente, a reunião deliberou, além dos exames dos motivos reais da renúncia do Presidente Jânio Quadros, a nomeação de comissão de líderes do legislativo e representante do Executivo para um contato com o III Exército no interesse de fazer sentir as Forças Armadas do Rio Grande, o elevado clima e o enorme interesse pela solução democrática do problema[75].

Os jornalistas participaram desde o primeiro momento da reação legalista, como a jornalista e professora Rhéa Sylvia de Lourdes Frasca Gärtner[76], que residia, nesse momento,

---

[75] A Razão, 26/8/61.

[76] Nasceu em Porto Alegre, 29 de julho de 1935. Em 1975, começou a dar aula no Curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Santa Maria. A formação profissional de Rhéa Sylvia é jornalista, formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1958. Exerceu no início de sua profissão no "Diário de

em Porto Alegre, capital do sustentáculo da legalidade e área perigosa durante o conflito. Ela buscou adesões de maior número de pessoas.

> O trabalho de minha mãe, naquele período, era fazer a alimentação para o que estavam dentro do processo, isso aconteceu mais de 15 dias, o trabalho dela foi almoço e janta, em um Teatro, numa rua Central. O meu trabalho foi de buscar apoio entre os jornalistas como também nas manifestações públicas de rua isto era feito da manhã à noite. Trabalho era de conscientização da situação em processo de desorganização democrática no país. O grande momento de tudo isso é que aos poucos a sociedade estava se envolvendo e acreditando no que estava acontecendo com a renúncia de Jânio Quadros. Foi um momento político bastante profundo na situação do Estado do Rio Grande do Sul como um baluarte da democracia[77].

Radialistas como José Salmoni, Quintino Corrêa de Oliveira e Paulo Carús, residentes em Santa Maria, naquele momento, participaram desse momento histórico do Rio Grande do Sul.

A cobertura da imprensa local sobre o tema permite ter um panorama do Movimento Legalista em Santa Maria: as reações, as reivindicações favoráveis ao cumprimento à lei, o crescimento do movimento, a veemência das várias camadas sociais, o desenvolvimento do trabalho na ação legalista pelos representantes do povo santamariense na Câmara Municipal. Dessa forma, a imprensa escrita e a de radiodifusão deixaram um legado para a história e a possibilidade de futuros conhecimentos e construção de novos documentos.

Figura 12 - Jornal "A Razão" de Santa Maria[78]

Notícias" , e sucessivamente em vários jornais do interior do estado como crítica de arte. Seus pais se chamavam Otto Octávio Frasca e Syria Achutti Frasca.

[77] GÄRTNER, Rhéa S. de Loudes. Depoimento concedido em 14/07/2004 e 22/03/2005.

[78] O jornal se localizava na Praça Saldanha Marinho, 42. Jornal em destaque na cidade e que fundamentou quase a totalidade da investigação temática em questão. Atualmente, está localizado na rua Serafim Valandro, 1284. Arquivo Privado da Empresa Jornalística De Grandi Ltda.

A imprensa funcionou como um meio de divulgação e apoio aos batalhões de Comitês que vão se formar, às forças militares, políticos e entidades classistas que se compuseram para vencer a crise, que desde o dia 25 de agosto se abateu sobre o País. Ela abriu espaço para os populares, se juntou à Câmara de Vereadores, quando o Vereador Adelmo Simas Genro solicitou que a Mesa autorizasse a presença do Jornalista João Batista Flores, ao recinto do trabalho da Câmara**.**

Também as rádios participaram ativamente da divulgação desse movimento. Como se sabe, Brizola requisitou a rádio Guaíba. Levou o estúdio da rádio para os porões do Palácio Piratini e de lá ele comandou todo o Movimento da Legalidade. Então, aderiram à legalidade, o Exército do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar toda participou, sendo que a Brigada Militar comandada em Santa Maria pelo Major Benjamin D'Ávila Prado. A Cadeia da Legalidade era formada por uma corrente de rádios que aderiram à Rádio Guaíba. Em Santa Maria, a primeira rádio a aderir a Rede da Legalidade foi a Guarathan[79] que participou ativamente. A emissora de rádio leva o estúdio para dentro da Brigada Militar, conforme o jornalista e radialista José Salamoni[80]:

> a Rádio Guarathan levou o estúdio para dentro da Brigada Militar, Gabinete do Coronel Benjamin D'Ávila Prado. Benjamin D'Ávila Prado, juntamente, com os jornalistas entraram em cadeia com a rádio Farroupilha do Palácio Piratini, então, a maioria dos rádios do Rio Grande do Sul entrou em cadeia com a legalidade. Assim, formou-se a Cadeia da Legalidade, que funcionava no porão do Palácio Piratini.

---

[79] Os anos 50 e 60 são marcados pela proliferação de emissoras nas cidades do interior do Rio Grande do Sul. Em Santa Maria a primeira rádio a ser instalada foi a Rádio Imembui, em fevereiro de 1942, após a rádio Santamariense , em abril de 1954. A Rádio Guarathan foi fundada oficialmente no dia 23 de abril de 1960, após Rádio Medianeira, em agosto do mesmo ano e a Radio Universidade em maio de 1968. Todas as emissoras em freqüência de amplitude modulada com som mono, ou seja, AM. A primeira instalação comercial da Rádio Guarathan se deu no prédio localizado na Rua Venâncio Aires, esquina com André Marques. Anos depois, foi construído no local o prédio da Previdência Social. Para constituir o primeiro quadro de funcionários, foram contratados os seguintes locutores: Cláudio Segala, Adélia Suze, Cláudio Zappe, Quintino Oliveira, Henrique Horn Filho, Ibirá Ceccin, Ribas Hamaister, Pedro Martins e Léo Copstein e tinha como Presidente José Salamoni.
Fontes: (http://www.guarathan.com.br/historico.html).
OLIVEIRA, Quintino. Depoimento concedido em 10/06/2005.

[80] José Salamoni, jornalista e radialista. Na época da Legalidade, era Diretor – Presidente da rádio Guarathan. Aposentado da Câmara de Vereadores, quando deu entrevista. Falecido em 2006. Foi funcionário, jornalista por dezessete anos da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Conheceu Brizola por intermédio Getúlio Vargas. Foi do Ministério da Justiça, no Governo Getúlio Vargas, e serviu à Assistência aos Menores (SAM).

Figura 13 - Equipe da Rádio Guarathan na Campanha da Legalidade[81]

Naquela época, eram utilizadas linhas telefônicas para fazer transmissão de rádio. Então, tinha linha da Brigada, tinha linha do Exército. As linhas eram previamente instaladas para garantir o contato com os mais variados lugares.

Entre os jornalistas que participaram do levante legalista na cidade, foi o senhor Quintino Corrêa de Oliveira. Algumas rádios, segundo ele, demoraram mais para aderir a Campanha da Legalidade, a exemplo da rádio Imembuí. O jornalista Quintino acredita que isso se deu por ser uma emissora mais conservadora. Assim ele expressa seu pensamento:

> A Imembui foi a rádio que mais demorou, aqui, em Santa Maria. Ela meio vacilava um pouco. Até, porque ela era antiga, conservadora, havia o temor de algumas emissoras, porque todas emissoras de rádio como as emissoras de televisão, elas são concessões do governo federal, na verdade, o que se explora na rádiodifusão é uma concessão. (...) Precisa-se conquistar uma concessão para ter uma emissora de rádio. O rádio não é uma atividade como as outras, absolutamente livre, não. No fundo, no fundo o governo federal tem todas as emissoras de rádio. Eles que detêm o poder sobre o canal de transmissão de rádio, televisão também. (...) Mas como é uma concessão, toda vez que há qualquer coisa contra o governo central, as emissoras ficam um pouco receosas de entrar e serem cassadas. Isso pode acontecer durante o período revolucionário, né? Nos anos de chumbo, eram cassados inúmeras emissoras de rádio, porque elas divulgaram nomes que não eram para divulgar, enfim, infringiram a censura da época, que foi duríssima. Então, eu acho, não posso te afirmar. Acredito, como a Imembui era mais conservadora, naquela época, a sociedade de pessoas notáveis da cidade e já idosas, e tal. Eu acho que eles foram mais sensatos. Nós éramos muito jovens e afoitos. Vamos que vamos, gostamos da causa, não queremos nem saber, já estamos aí, se der rolo vai dar depois. E isso se deve exatamente ao Sr. José Salamoni, que era o Diretor-Presidente. E foi ele que decidiu isso aí, e nós todos apoiamos e imediatamente entramos em cadeia com a Rádio Guaíba de Porto Alegre. Durante a cadeia, as emissoras entravam em contato com a rádio Guaíba e transmitiam os pronunciamentos importantes que aconteciam em Porto Alegre. Os políticos de várias correntes começaram a participar, não

[81] Identificação (esquerda para direita): Major Benjamin D' Ávila Prado, o jornalista Quintino de Oliveira e José Salamoni.
Arquivo pessoal de José Salamoni.

> somente o Governador Leonel Brizola. Falavam comandantes do Exército e da Brigada Militar. As adesões ao movimento foram tomando corpo. Mantinham-nos informados do noticiário relacionado com isso, porque o III Exército apoiou a Brigada Militar, isso me lembro na época! O Governador do Estado que manda na Brigada. Mas nós tínhamos, aqui, em Santa Maria uma particularidade que dava exatamente ao movimento da "legalidade" uma grande importância para cidade e a cidade dava importância ao movimento, porque nós temos aqui a segunda praça militar do País. Em número de homens armados, como se diz. (...) e aqui, em Santa Maria, como nós tínhamos essa quantidade de quartéis começaram a se pronunciar também. Os comandantes do Exército, os comandantes da Brigada. E da Brigada faço questão de destacar a figura do Dr. Vasco de Melo Leíria, repito, Vasco de Melo Leíria, que era advogado e Capitão da Brigada. E era o defensor dos brigadianos, digamos assim, nas questões jurídicas.

Quintino relata ainda a participação ativa da rádio Guarathan na medida em que cedia espaço para lideranças se manifestarem a favor da legalidade:

> Quando chegava a hora da gente colocar alguém daqui. A gente controlava, cortava a rede lá da Guaíba, colocava os nossos líderes políticos municipais e militares e, pessoas que iam lá e tinham vontade de expressar, colocavam a gente na rua, entrevistavam e tal.

Em seu depoimento citou o seu companheiro, Paulo Carús Juliani, de radialismo, que também fez parte da equipe da rádio Garathan e participou ativamente do movimento:

> Paulo Carús passava dia e noite ali na rádio, mas nós nunca deixávamos de ouvir a Guaíba. A gente tava transmitindo notas locais, mas alguém estava lá, ouvindo a Guaíba, se precisasse de alguma coisa muito importante, nós anunciávamos.

Havia dificuldade dos meios de comunicação da época, 1961, diferente dos dias de hoje. As dificuldades de conhecer e ter as notícias com rapidez do que acontecia no resto do Brasil eram bem maiores, devido às tecnologias pouco avançadas da época. Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, tinha mais condições de ter acesso através de equipamentos mais modernos. Durante a narração, o jornalista Quintino fala da dificuldade da tecnologia de se saber o que ocorria no resto do Brasil, naquele período:

> A Rádio Guaíba é que tinha mais condições de conseguir informações do resto do Brasil, através de esquemas mais sofisticados que a gente não possuía nas rádios locais. Naquele tempo, existia o telex , existia o telegrafista, com emissões de notícias saídas das agências sediadas no Rio e São Paulo. E estas medidas por telégrafos, [pi pipipipi] e as emissoras de rádios, algumas, eu acho que quase todas. As rádios tinham um telegrafista que em horários predeterminados sentavam, davam uns fones recebia e traduzia aquilo ali, do código Morse. Depende de um especialista, mas tinha uns horários específicos e aquilo, lá, de Porto Alegre. Eles, na Rádio Guaíba, tinham mais facilidades por ser capital.

Através da Cadeia da Legalidade se conseguiu um grande número de adesões de emissoras de rádios que foram seguidos por uma compacta massa de populares.

No movimento da Legalidade, para o jornalista Quintino de Oliveira "todo mundo ficou um pouco mais gaúcho".

2.3- Resistência aos golpistas: a participação da categoria ferroviária santa-mariense

Os ferroviários, classe de grande força política, na época, estiveram desde o princípio ao lado da legalidade e do Governador Brizola. Tentaram de várias formas manifestar o seu posicionamento: com ameaças de greves, de coligações com ferroviários de outras cidades e outros grupos da sociedade, com políticos, através de envios de telegramas de apoio que demonstravam disposição de lutar ao seu lado com protestos ou talvez, se necessário fosse, munirem-se de armas. Como eles dizem "para o que der e vier".

Os ferroviários, ao terem ciência da renúncia de Jânio e da tentativa dos ministros militares de impedir a posse de Jango, ainda na noite do dia 26, surgiu a idéia de uma possível greve ferroviária, no dia 28 de agosto, segunda-feira, que fez com que líderes da categoria ferroviária estivessem reunidos, à noite, no sábado, na Associação dos Empregados da Viação Férrea[82], oportunidade em que debateram a situação Nacional com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Após longa discussão, essas lideranças decidiram manter a categoria em assembléia permanente até a solução definitiva da crise brasileira, em favor do respeito ás liberdades democráticas, manutenção da legalidade e respeito integral à Constituição.

Após essa decisão, dirigiram-se a todos os núcleos ferroviários do Estado, no sentido de que estes também se mantivessem em reunião permanente, aguardando a palavra de ordem de Santa Maria, ou seja, se seria decretada a greve geral na ferrovia, por tempo indeterminado, caso a Constituição Federal fosse desrespeitada.

Em função da crise-política e militar**,** realizou-se uma concentração do Comando Grevista no Palácio Rosado[83], sito à Avenida Rio Branco, 382. Ocasião em que mantiveram

[82] O endereço: Rua Manoel Ribas. Fundado no ano de 1914.

[83] Atualmente: o prédio é ocupado por uma loja chamada Casa dos Reparos. Entre a rua 13 de Maio e Avenida Rio Branco. O prédio tem três pisos, porém era ocupado pelos ferroviários na parte inferior ou térreo. Informação foi conseguida por meio do Ferroviário João Silveira Castro. O senhor João Castro foi supervisor de trens, também trabalhou no departamento de Produção. Exerceu várias atividades na ferrovia, trabalhou em armazém de carga e descarga, foi Guarda Freio de trens de carga. É natural de Cachoeira do sul, morou em Jacuí, mas em Santa Maria reside há cerca de 60 anos, quando venho com os seus pais.

permanente contato com os núcleos do Rio Grande do Sul, dando ciência da resolução tomada na assembléia.

À noite, o comando sindical e entidades ferroviárias compareceram coligados ao Legislativo, levando sua solidariedade e a comunicação da decisão tomada, anteriormente, de que, se fosse necessário realizariam uma greve geral em Santa Maria. Esse assunto polarizou a atenção dos santa-marienses, no domingo, 27 de agosto.

Desde as primeiras horas da manhã de domingo notava-se um intenso movimento de líderes ferroviários que mantinham contatos com núcleos ferroviários do Rio Grande do Sul, inquirindo a possibilidade dos mesmos de vir a paralisar suas atividades ás 7,30 horas de segunda- feira.

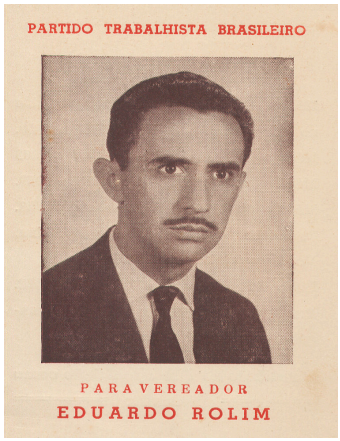
Quando as providências estavam em pleno auge, surgiu um apelo do Governo do Estado. Leonel de Moura Brizola solicitou, pelas rádios, durante à tarde, para que as entidades de classe não fizessem nenhum movimento paredista, o qual julgava inoperante naquele dramático momento por que passava a Nação brasileira.

Já ás 20 horas, o Comando grevista instalado no "Palácio Rosado", reunia seus líderes com a finalidade de debater o assunto referente ao apelo do Governador Brizola. Uma hora depois, os líderes anunciaram, frente a uma densa massa de ferroviários, a decisão tomada de não mais sair em greve. Esta deveria ficar adiada até a deliberação de acordo com os percursos dos acontecimentos. Assim, tornaram público, através da nota oficial, que continuariam em reunião permanente e em estado de alerta, preparados para a luta[84].

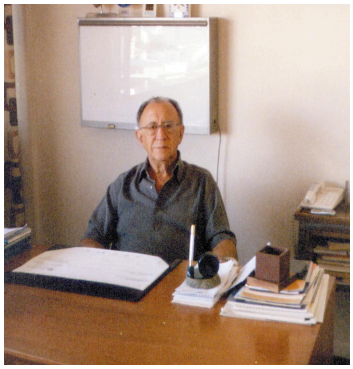
Com a instituição do Comando de Resistência Democrática, na cidade, a categoria ferroviária aderiu ao novo comitê, que era constituído por representantes de entidades classistas, participando ativamente de todas as iniciativas de apoio à causa da legalidade na cidade.

---

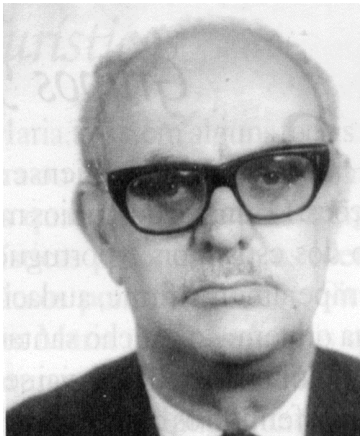
[84] A Razão, 29/8/1961.



3- O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL SANTA-MARIENSE DIZ NÃO À ILEGALIDADE

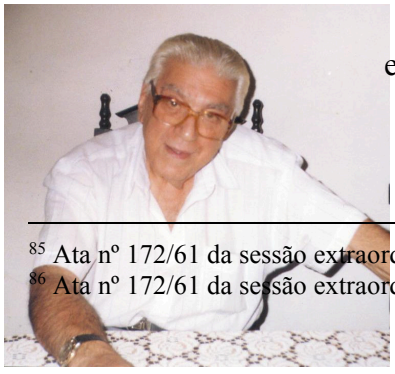


Aos 25 dias do mês de agosto de 1961, às 19:30 horas, no recinto da sala "Cel. Valença" da Câmara de Vereadores de Santa Maria, sob a presidência do Vereador Pantaleão Lopes, eleito pelo partido do PTB, reuniu-se, em sessão ordinária, o Poder Legislativo, que, entre outros temas, discutiram a renúncia de Jânio Quadros. Foi uma sessão histórica, quando o poder legislativo, em nota oficial, deu a conhecer seu pensamento e o desejo de que fosse respeitado o preceito constitucional e empossado o vice-presidente da República. Afirmaram "integral solidariedade ao Presidente Jânio Quadros" e lamentaram que "grupos internacionais e nacionais, pela força de seus interesses, possam influenciar a vida nacional, obrigando a renúncia de um mandatário"[85].



Nessa sessão, foram feitos vários pronunciamentos sobre a renúncia. A vereadora Helena Ferrari Teixeira, do PTB, disse haver uma ameaça sobre a Constituição e alertou para o perigo do golpe:

> que as 'aves de rapina' queriam mais sangue do povo brasileiro, motivando, uma crise semelhante àquela que levou o Presidente Vargas ao suicídio. Que as forças econômicas internacionais escravizam o Brasil aos seus interesses. Que o povo precisava ficar alerta, e unido em defesa da integridade da Pátria comum.[86]



Finalizou sua fala repudiando o capitalismo escravagista e exigindo respeito à Constituição do Brasil.

---

[85] Ata nº 172/61 da sessão extraordinária do dia 25 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.
[86] Ata nº 172/61 da sessão extraordinária do dia 25 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.

O vereador Isidoro Lima Garcia, do PTB, lembrou, em seu discurso, que já havia previsto um golpe contra o Governo em outro pronunciamento:

> Afirmei da tribuna da Câmara, em 18 de agosto, portanto há sete dias, que o seguinte: O mês de agosto esta se tornando fatídico ao povo brasileiro. Em 24 agosto de 1954, Getúlio Vargas foi levado ao suicídio, premido pelos trustes internacionais. Hoje, os fatos estão evidenciados que se tramam contra o povo, se deseja extinguir a ordem constituída, conseqüentemente destruir a democracia[87].

O mesmo vereador acusou Carlos Lacerda de estar a serviço do capitalismo e que urgia pela posse de João Goulart, sucessor legal do Presidente Jânio Quadros. Acusou que "forças alienígenas solapavam os interesses nacionais", mas regozijou-se pelo fato de que, em meio à crise, os partidos cederam lugar a união:

> satisfação saber que, num momento de luta por libertação, as legendas partidárias desaparecem para dar lugar a uma união de todos. Que a luta nacionalista, contra a escravidão econômica de grupos internacionais, leva anos e tem as vítimas; que por ela pereceu Getulio Vargas. Que deve ser atentada a figura deplorável de reacionário, a serviço do capitalismo, que é Carlos Lacerda, que vem cumprindo uma tarefa, a mesma que notabilizou Calabar. (...). Urge pela posse do Vice-Presidente da República, sucessor legal do Presidente Quadros.[88]

O vereador Nelson Marchezan, do Partido Democrático Cristão (PDC), pronunciou-se sobre a desistência do ex-Presidente do cargo dizendo:

> Que sua renúncia forçada, além de enegrecer a história da pátria, vem causar grande prejuízo a evolução nacional. Que o povo teria oportunidade de ver as reformas sociais que Jânio Quadros introduziria, e que se encontram no Congresso aguardando discussão.

Ele lamentava que "os extremistas o tivessem atacado, quando Jânio lutava contra os grupos econômicos". Porém, afirmou que "ainda não perdeu a esperança de melhores dias".[89]

Da mesma forma, seu colega Antonio Abelin, do PSD[90], pronunciou que Jânio Quadros simbolizava a renovação e a esperança para o povo brasileiro.

---

[87] A Razão, 26/8/61, p.5.

[88] Ata nº172/61, sessão do dia 25 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores de Santa Maria

[89] Ata nº173/61 da sessão extraordinária do dia 25 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores de Santa Maria.

[90] Fundado pelo Getúlio Vargas. As eleições de 1945 deram a maioria das cadeiras do Congresso ao PSD e ao PTB , partidos que apoiaram a candidatura de Dutra. Eles elegeram marechal Dutra.

Essas falas reforçam a idéia de que os vereadores santa-marienses, como tantos brasileiros, também, depositaram grandes expectativas na política desenvolvida por Jânio, que também era apontado como a esperança do povo brasileiro. Demonstram a sua inconformidade frente à renúncia e a conseqüência dela. Os presentes, que estavam nesta sessão com o mesmo pensamento, acordaram que se devia respeito à Constituição Brasileira vigente, e se solidarizaram com Jânio Quadros.

No fim desta sessão, de 25 de agosto, a bancada do PTB, em Santa Maria solicitou a instalação da sessão permanente até a normalização da vida nacional. (Anexo B)

No dia seguinte, 26 de agosto, na sala "Cel. Valença", líderes da Câmara se pronunciaram à imprensa sobre a renúncia de Jânio Quadros. Pantaleão Lopes da bancada do PTB, Presidente da Câmara de Vereadores, lastimou profundamente a atitude do presidente Jânio Quadros. Acusou Carlos Lacerda como um dos pivôs da queda do mandatário, um oponente do povo brasileiro:

> Neste momento de tristeza para o povo brasileiro, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, tenho eu, a impressão, que é mais uma manobra do inimigo número um do nosso povo que é Carlos Lacerda que a sete anos atrás, matou o maior estadista de todas as épocas, o presidente Getúlio Vargas, e , agora faz com que o presidente J.Q. viesse a tomar essa atitude [91].

Neste mesmo dia, a Câmara de Vereadores deu nota oficial aos repórteres, das suas ilações da sessão extraordinária, do dia anterior e deliberou, por maioria, divulgar a nota e endereça-la, além do jornal local, também, ao Congresso Nacional (Câmara e Senado) e aos três Ministros Militares, postuladas de lutar, pela manutenção da ordem; de lutar pelo respeito à Constituição e à legalidade; e interpretou como respeito à Ordem Nacional e defesa total da Democracia, a posse do Vice Presidente da República, dr. João Goulart, como única solução constitucional. A nota é do dia 27 de agosto de 1961 (Anexo-C). A nota tem assinaturas dos vereadores Pantaleão Lopes – Presidente – Manoel Mallmann Filho – 1º Secretário, Dario Leal da Cunha Helena Ferrari Teixeira, Soel Maciel de Oliveira, Waldomero de Moura Reis, Isidoro Lima Garcia, Euclydes Gonçalves Fermino Ventura dos Santos, Eduardo Rolim.

Já em sessão extraordinária permanente, aos 26 dias de agosto às 10: 45 horas da manhã, na Câmara Municipal, o vereador Isidoro Lima Garcia propôs uma concentração do povo com os vereadores frente a Câmara, para um diálogo de esclarecimento. O Vereador Moura Reis propôs que a sessão tivesse início às 14 horas e fosse irradiada pelas quatro

[91] A Razão, 26/8/61, p.5.

emissoras locais[92]. Diante de tais propostas o Presidente da Câmara Pantaleão Lopes acorda com a concentração pública , e que seria irradiada às 17 horas em frente a Câmara[93].

A sessão permanente foi reaberta às 23 horas, recebendo a visita de uma comissão de ferroviários, que entregou, ao Legislativo, a Resolução tomada em reunião de classe acontecida na Associação Férrea. Balthazar Mello, em nome dos ferroviários, manifestou total apoio da classe ferroviária às resoluções do Poder Legislativo, e falou da posição de vanguarda na defesa dos direitos democráticos, acrescentou que "que os ferroviários estavam dispostos a derramar seu sangue em defesa da Constituição" e que estariam prontos a entrar em greve e continuar nela, até a resolução dos problemas nacionais. E comunicou que mesma posição tomou a Comissão Sindical em defesa da legalidade [94].

O vereador Eroni Paniz, do Partido Libertador (PL), solidarizou-se com a atitude digna dos ferroviários de Santa Maria e do Rio Grande do Sul em defesa da Constituição, pela posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart. Assim terminou a sessão, o Presidente declarando que a Casa permaneceria alerta, aguardando os acontecimentos, até a normalização da vida brasileira. Também agradeceu e solidarizou-se o ferroviário Ramão Ramirez e Argemiro da Rosa, sendo suspensa a sessão.

Aos 27 dias do mês de agosto, domingo, às 20:35 horas, o Presidente Pantaleão Lopes voltou a reabrir a sessão permanente. A Mesa deu conhecimento de Resolução da Casa, enviada ao Congresso e aos Ministros Militares, declarando a posição assumida em defesa da legalidade[95].

À tarde, a reunião do Legislativo foi retransmitida por todas as emissoras locais, quando todos os líderes e um certo número de vereadores usaram a palavra, sempre propugnando por uma solução legal à crise política que enfrentava o país.

Na sessão do dia 28 de agosto, às 20 horas, o Presidente da Câmara usou a palavra manifestando seu agradecimento e homenagens ao Governador Leonel Brizola e ao Oromar Osório[96] pela atitude corajosa tomada em atitude da Democracia, estendendo seus

---

[92] Rádio Imembuí, Rádio Santamariense, Rádio Guarathan e Rádio Medianeira.

[93] Ata nº173/61 da sessão extraordinária do dia 26 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores de Santa Maria.

[94] Ata nº173/61 da sessão extraordinária do dia 26 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores de Santa Maria.

[95] Ata nº173/61 da sessão extraordinária do dia 27 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores de Santa Maria.

[96] O general-de-brigada, comandante da 1ª Divisão de Cavalaria (1º DC), com sede em Santiago, assumiu a defesa da Constituição, colocando-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart. Oromar considerado foi um dos poucos oficiais que jamais vacilaram naquele período de crise.

agradecimentos também ao General Pery Bevilaqua, comandante da 3ª Divisão de Infantaria (DI) e ao major Benjamin D'Ávila Prado, comandante da Brigada Militar.

O Presidente Pantaleão Lopes concedeu a palavra ao médico Hélio Hebert dos Santos, líder da bancada do PSD, licenciado, que hipotecou solidariedade a Casa, pelas atitudes assumidas em defesa da legalidade e deu conhecimento da Direção do PSD local, já trazida à consideração deste poder, testemunhando apoio ao Governador Leonel Brizola, e pelo direito de ser empossado o Vice-Presidente da República. Quanto ao vereador Moura Reis rendeu suas homenagens, além do Governador, também ao D.Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano, ao Comando do III Exército, à Polícia Civil pela resistência revolucionária contra os golpistas do regime democrático; porém, em particular, manifestou seu repúdio ao Marechal Odílio Denys, Ministro da Guerra, que denominou de 'bajulador de presidentes'. Enquanto seu colega vereador Euclydes Gonçalves, do PTB, propôs a solicitação da exoneração dos três ministros militares em nome da Câmara Municipal endereçada ao Presidente em exercício, dr. Ranieri Mazzilli, e ao Congresso (Anexo D). Aprovado pelo plenário, assim foi encaminhado um ofício em 3 vias de igual teor, dessa mesma resolução ao Presidente da Assembléia Legislativa de Porto Alegre e o Presidente da Câmara Federal, em Brasília e ao Governador Brizola.

Nessa sessão, muitos vereadores expressaram seus pensamentos de solidariedade e congratularam a muitas autoridades. A vereadora Helena Ferrari Teixeira congratulou-se com o Governador Brizola "que reafirmou a atitude dos gaúchos levantando a população em prol do respeito às tradições brasileiras de democracia e legalidade". Agradeceu ao povo santa-mariense que hipotecou solidariedade à Casa legislativa; ainda disse que repudiava os maus brasileiros que procuram criar uma guerra entre os irmãos[97].

Conforme Nelson Marchezan, um dos inconformados pela atitude de renúncia do Presidente Jânio Quadros, tal atitude veio causar prejuízos à Nação, além do mais acreditava que Jânio foi forçado a tal atitude[98] e repudiou a escolha de um presidente por intermédio do

---

[97] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.

[98] Aos 24 de agosto de 1961, exatamente sete anos depois do suicídio de Vargas, o velho oligarca Lacerda, etnão governador do Estado da Guanabara, ocupou uma rede nacional de televisão e rádio para denunciar Quadros, que fora eleito pela maior votação jamais dada a um candidato presidencial. Quadros é um ditador que trama fechar o Congresso e estabelecer um regime parecido com o cubano no Brasil, disse Lacerda. No dia seguinte, o General Cordeiro de Farias, comandante-em-chefe do Exército, disse a Quadros que modificasse sua política externa pró-comunista.

Segundo a versão do secretário de Quadros, o Presidente gritou, então:

- O Senhor está preso!
- E o senhor está deposto! – teria respondido Cordeiro de Farias.

Congresso Nacional cognominando de 'esdrúxula' a emenda que se pretendia. Mas revelou sua admiração ao Governador do Estado, pela luta em defesa da Constituição[99].

Já o pensamento do Vereador Eduardo Rolim, também da bancada do PTB, discordou de Nelson Marchezan, pois tinha convicção de que o Presidente Jânio Quadros não sofreu nenhum tipo de coação para renunciar. Conforme a Ata nº 173/61 de 28 de agosto, o Dr. Rolim "crê que tenha sido espontânea" a sua abdicação e que caberia a assunção, na Presidência "do vice-presidente, legalmente eleito". Conforme o seu depoimento, mantém o mesmo pensamento daquele período, ainda hoje:

> "(...) que quando ele renunciou inesperadamente à Presidência da República (ninguém pensava que ele fosse renunciar) - tenho a impressão de que Jânio agiu solitariamente naquela decisão - nem o chefe da casa civil dele não sabia que ele ia fazer aquilo que fez" [100].

Nessa sessão, proclamou seus protestos de alerta ao povo:

> Que necessário se faz remover as causas que deram razão a presente crise e proteger o Brasil contra os trustes internacionais, fazendo calar a voz dos que estão a soldo do capitalismo. Que esta data significa o início do movimento de libertação nacional que jogará os traidores para fora de nossas fronteiras[101] .

O vereador Isidoro Garcia avaliou a crise que se encontrava o País como uma forma de educar o povo no sentido de libertação econômica, nacional, pelo mesmo ângulo positivo que o vereador Rolim. O vereador Isidoro declarou que "a presente crise educa o povo no sentido de libertação econômica". Também manifestou suas congratulações ao Governador Brizola e General Oromar Osório, bem como ao General Pery Beviláqua, em favor da defesa da Constituição, da ordem e da posse de João Goulart, como um respeito à vontade soberana do povo.

> Segundo essa versão , Quadros foi então, levado, incomunicável , a uma base aérea, e dali para um vagaroso navio que rumava para a Inglaterra. Permitiram-lhe, apenas, escrever uma carta de renúncia.

AGNOL, Flávio Dall' (Org). BRIZOLA: esperança de um povo. Porto Alegre: EPECÊ Gráfica, 1979. p.138-139.

[99] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.

[100] Depoimento concedido em 25/02/2005.

[101] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores

Para o vereador Isidoro, a crise servia para revelar a situação de dependência e subordinação do Brasil que, como outros países subdesenvolvidos, vivem em relação aos países norte-americanos. O político usando ainda a palavra proferiu:

> Que esta crise serve para provar que 70 milhões de brasileiros vivem sob o julgo do capitalismo norte-americano, e para que o pobre país que não possui convicções ideológicas além de apontar os títeres dos trustes internacionais ao cadafalso e ao paredão da opinião pública; e declarou que não existem inimigos nacionais, mas dois inimigos: o imperialismo e o latifúndio[102].

Finalizou fazendo duras críticas aos Generais Denys e Cordeiro de Farias[103], considerando-os indignos de vestir a farda do Exército Nacional[104].

Enquanto o Vereador Adelmo Genro acreditava que Jânio Quadros renunciou devido aos seus projetos de interesse nacional, enviados ao Congresso, que visavam "cortar a sangria que os monopólios fazem na economia brasileira", privilégio exclusivo que o grupo ianque queria manter, assim sendo "foi obrigado a renunciar o seu cargo" e acusou Carlos Lacerda como um dos responsáveis pela crise o chamando de "o primeiro lacaio dos grupos alienígenas". Afirmou que o povo do Rio Grande do Sul não o abandonaria nessa luta: 'se Jânio viesse ao RGS denunciar a pressão que estava sofrendo, o povo gaúcho teria se levantado, ao seu lado, pela defesa da hegemonia nacional'[105].

Muitos vereadores, entre eles, o vereador Adelmo Genro, Antonio Abelin, que se recusavam a aceitar tal renúncia e, além disso, de não saber o que de concreto tem por de trás da abdicação do ex-Presidente Jânio Quadros. Logo, não admitiam que a Constituição da República fosse dilacerada por uma junta militar ditadora e ilegalista, o povo rio-grandense não aceitaria passivamente tal atitude. Por isso, tal qual Adelmo Genro, falou: "se a Constituição for rasgada, o povo riograndense a umedecerá com seu sangue" [106].

Neste dia, os representantes do povo santa-mariense contaram com a visita da delegação da UNE, que foi saudada pelo Vereador Eduardo Rolim. Nessa reunião, ele propôs

---

[102] Ata nº 173/61, 28/8/61.

[103] Dois dias depois que Machado Lopes aderiu à Legalidade foi destituído do cargo, tendo como substituto o general Cordeiro de Farias. A ordem expedida por Odílio Denys foi ignorada pelo comandante do III Exército, que mandou prender o sucessor tão logo pisasse em solo gaúcho. O avião que trouxe Cordeiro de Farias chegou aterrissar em Canoas, mas logo retornou ao Rio. O general foi informado ainda na pista de pouso que seria preso caso desembarcasse. (KUHN, 2004. p.76)

[104] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores

[105] Ata nº 173/61, da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.

[106] Ata nº 173/61, da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.

que a Mesa da Casa visitasse o Comando da Guarnição Militar, o Poder Executivo e os Universitários, levando a solidariedade do Legislativo e o agradecimento do apoio recebido[107].

No dia seguinte, 29 de agosto, o Presidente da Câmara, durante a sessão, recebeu uma comissão de senhoras, mães santa-marienses, que entregaram um oficio indicando irrestrita solidariedade à Câmara, e solicitando que essa fosse retransmitida ao Governador Brizola, pelas atitudes assumidas durante a crise política. Era a comissão recém-criada, conhecida como Ala-Feminina Pró-Legalidade (Anexo E).

A reunião, posterior a 29 de agosto, caracterizou-se como uma sessão que traz consigo muitas novidades no âmbito local e fatos importantes externos à cidade, na medida em que Adelmo Genro, ao iniciar a sessão permanente, deu conhecimento do telegrama enviado ao Governador Brizola pelos professores de Santa Maria, hipotecando total solidariedade. Nelson Marchezan deu conhecimento de instalação do Comitê Central de Universitário Pró-Legalidade. Além disso, chegou em Santa Maria, notícias pelo vereador Jorge Abelin, de que o Governador do Estado de Guanabara, Carlos Lacerda havia renunciado. Também, o Vereador Moura Reis comunicou a instalação da Frente de Resistência Legalista Pró-Dr. João Goulart e da mesma forma, o vereador Euclydes Gonçalves informou a transformação do Centro Cívico João Goulart, em entidade apartidária.

Viveu-se um período de congregação de Comitês, de formação de grupos, de união de classes e alianças, não havia espaço para divisão partidária, mas sim existia um objetivo de alcançar maior força legalista possível para resistir a oposição militar. Essa junção popular era a maior arma que se poderia ter. O Exército já tinha aderido devido a esse liame de forças que debruçavam sobre a Constituição.

Já que se vivia um período de luta democrática, fazia-se necessária a união, conscientização e protesto, então, no dia 30 de agosto, a Mesa solicitou a participação de vereadores das diversas bancadas para uma concentração pública programada pelo Comando de Resistência Democrática .

Nesse rol de novidades e proposições entrou em discussão, por sugestão do vereador Adelmo Genro, que se abrisse, na sede da Câmara de Vereadores, inscrições para o voluntariado que lutariam pela democracia e pela legalidade. A proposta feita pela bancada trabalhista foi aprovada por unanimidade (Anexo F). Tal decisão foi comunicada ao

[107] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 28 de agosto de 1961 na Câmara de Vereadores.

Presidente da Assembléia Legislativa de Porto Alegre e ao Comandante do III Exército que deram apoio a criação do posto de alistamento de voluntários em defesa da legalidade

No legislativo local, as inscrições para o voluntariado foram realizadas em um Livro Especial, que oportunamente seriam encaminhadas à Brigada Militar e também se dirigiriam a todas as Câmaras Municipais do Estado solicitando que tomassem a mesma providência. Esse mesmo vereador também fez um apelo no sentido que fosse revogada a prisão imposta ao Marechal Teixeira Lott, que vai acarretar uma contradição dentro da Câmara de Vereadores (Anexo G). Em votação, manifestaram-se contra a proposição os vereadores: Nelson Marchezan, Antonio Abelin, e Eroni Paniz, alegando a resistência de restrições à conduta daquela autoridade Militar, e que após a vitória da Legislação legal, o Marechal seria posto em liberdade; em contrapartida manifestaram-se favoráveis os vereadores Adelmo Genro, Moura Reis e Helena Teixeira Ferrari, pelo restabelecimento da ordem legal, sem intenção de divisionismo entre os integrantes da Casa, foi posta em votação, que foi aprovada por dez votos contra quatro. Encerrando a sessão até nova convocação[108].

Ao abrir a sessão permanente da Câmara, dia primeiro de setembro de 1961, às 19:30 horas, sob a Presidência do Pantaleão Lopes, foram lidas as mensagens telegráficas de solidariedade das Câmaras de Três de Maio, Itaqui e do deputado Helio Carlomagno, Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa de Porto Alegre nesse momento, e um ofício da União Santamariense de Radio- Amadores, pondo a disposição da Câmara, um transmissor-receptor, bem como todos os seus operadores e respectivos equipamentos, em qualquer hora do dia ou da noite. Consultados os líderes, foi aceito pela Mesa o oferecimento, ficando com a incumbência de pessoalmente transmitir a decisão e o agradecimento da Casa ao vereador Adelmo Genro[109] (Anexo H).

Os atentados que estavam sendo sofridos pelos líderes operários e estudantis no Rio e São Paulo, foram referenciados, nesta sessão, pelo vereador Isidoro Lima Garcia, que condenou tal procedimento antidemocrático e propôs, com o apoio dos demais vereadores, mensagens de protesto por aqueles atos de prepotência e violência dos militares traidores (Anexo I); ainda trouxe consigo a novidade de que o vice-presidente João Goulart estava no Rio Grande do Sul e da precisão de sua posse imediata "pura e simples, em obediência à Constituição" e, para finalizar, apresentou uma proposta e justificou, oralmente, uma lei que concederia o título de "Cidadão Santa-mariense'' ao General Pery Constant Beviláqua. A

[108] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 1º de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores

[109] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 1º de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

Presidência solicitou da Comissão de Legislação e Pareceres, uma avaliação do projeto que concederia título de Cidadão Santa-mariense ao General Pery Beviláqua, tendo aquele órgão manifestado favoravelmente à matéria.

A Brigada "Bento Gonçalves", que desfilou pelas ruas da cidade, recebeu congratulações por parte da vereadora Helena Ferrari Teixeira. Ela também repudiou as violências praticadas por algumas autoridades e felicita a chegada do dr. João Goulart ao Rio Grande do Sul, formulando votos de paz e calma no Brasil, com a posse do Vice-Presidente Constitucional[110].

Nesta noite, Antonio Carlos Machado, Carlos Renan Kurtz e Dion Cássio Lobo, integrantes da comissão universitária, visitaram a Câmara de Vereadores sendo saudados os visitantes pelo vereador Marchezan. Agradeceu, em nome da Comissão, o universitário Antonio Carlos Machado.

Aprovadas as proposições deste dia, a Câmara enviou ao Exmo Sr. Ministro da Guerra protestos enérgicos contra os espancamentos, violências e ataques indefesos aos líderes das classes operárias e estudantis, que luta pela preservação dos direitos, pela segurança do povo ameaçada pelo golpe desencadeado (Anexo J).

A notícia de que Jango se encontrava já em solo riograndense, mais precisamente em Porto Alegre, foi ratificada pelos vereadores Adelmo Genro e Soel Maciel de Oliveira. O fato foi recebido com uma salva de palmas dos presentes.

O Presidente ao encerrar essa sessão, marcou uma nova reunião do Legislativo para o dia dois de setembro, porém por deliberação da Mesa Diretora, após ter ouvido os líderes das diversas bancadas foi transferida para outra oportunidade.

À tarde, do dia dois de setembro, os vereadores de Santa Maria participaram da grande passeata promovida pelo Comando de Resistência Democrática. Depois de recepcionar o povo em desfile, os vereadores, conduzindo os estandartes do Brasil e do Rio Grande do Sul, passaram a desfilar junto com o povo até o quartel do Brigada Militar.

Para entender tais protestos por parte dos vereadores de Santa Maria, na sessão de 4 de setembro é preciso relatar que, no dia 2 de setembro, em Brasília, o Congresso aprovou o regime parlamentarista. Em Porto Alegre, o Governador do Estado acusou violentamente o Congresso de ter atuado sobre coação.

---

[110] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 1º de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

Às 19:30 horas, no recinto da "Sala Cel.Valença", já aos quatro de setembro, voltou a reunir-se o Poder Legislativo de Santa Maria que, desde o dia 25 de agosto, esteve em sessão permanente. Os oradores, entre outros, o vereador Manoel Mallmann Filho congratulou-se com o Governador Brizola pela bravura demonstrada em hora tão difícil e repudiando a atitude do Congresso Nacional:

> cujos seus representantes, votando uma emenda com o único propósito de diminuir os poderes do Presidente, não souberam honrar o voto que lhes foi conferido pelo povo, assustado que estavam com a 'carranca' do General Denys. Que o povo deve estar alerta para a oportunidade em que vierem pedir o voto popular, em praça pública, como salvadores do regime[111].

O povo santa-mariense recebeu felicitações, por parte dos vereadores, que desde o inicio quando o Governador do Estado chamou, irmanou-se ao movimento legalista. Muitos vereadores entre eles, Dário Leal da Cunha, recriminou a impunidade dos três Ministros Militares e demais implicados na crise nacional. Para ele, o povo brasileiro deveria saber os que votaram a emenda parlamentarista. Disse confiar no Governador do Estado "e demais deputado estaduais, e que necessário se faz denunciar a Nação àqueles que votaram a favor da emenda parlamentarista" e "Lastima que ao votarem o novo regime, não tenham colocado dispositivo que permitisse a deportação dos três ministros militares e demais implicados na crise nacional"[112].

O vereador Moura Reis declarou no plenário, neste dia, sua indignação e receio de que a reforma constitucional que sofreu o Brasil, mudando o regime presidencialista para o parlamentarista, trouxesse futuramente problemas catastróficos. Fez uma crítica ao Congresso Nacional de que enquanto eles mudavam o regime, podando os poderes de Jango, dormiam inúmeros projetos que aguardam aprovação. "Para mim a decisão do Congresso terá conseqüências desastrosas para o Brasil", e acrescentou:

> Hoje, aparentemente, o povo brasileiro está tranqüilo, mas o que acontece não é nada mais que um capítulo deste triste episódio. Outros capítulos virão. Quero deixar aqui registrado, o meu temor pela aprovação dessa emenda parlamentarista, que considero injurídica, pois foi desrespeitado o art. 141, em seus parágrafos 3º e 4º, que garantem os direitos individuais e os direitos adquiridos pelo vice-presidente da República no momento em que recebeu a escolha do povo brasileiro[113].

---

[111] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia quatro de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.
[112] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia quatro de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.
[113] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia quatro de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

Após essas palavras, ofereceu seus aplausos ao Vereador Pantaleão Lopes pela maneira que conduziu as reuniões do Poder Legislativo. Palavras que foram recebidas com aprovação por toda a bancada da Câmara Municipal.

A vereadora Helena Ferrari Teixeira acusou Carlos Lacerda pelo suicídio do Presidente Vargas e pela renúncia do Presidente Quadros, bem como de tentar impedir a posse de João Goulart e de apoiar a emenda parlamentarista: "que nada mais é do que um 'golpe branco' contra o povo e uma virtual cassação de mandato contra o Vice-Presidente". Ela aproveitou o ensejo para fazer um protesto contra a emenda votada pelo Congresso Nacional e demonstrar seu repúdio pelos que votaram favoravelmente a sua aprovação (Anexo K).

Com a palavra o vereador Nelson Marchezan, que desde o início, disse ter percebido o rumo que tomava o Congresso desde a renúncia de Jânio Quadros e que a crise, além de um golpe militar, era manobra de grupos nacionais e internacionais. Conforme o vereador, a intenção do golpe foi comprovada pela imediata aceitação da renúncia do Presidente Jânio Quadros pelo Congresso, que não fez empenho em descobrir a causa da desistência do seu cargo. E mais "agora vota uma emenda que tira de João Goulart a possibilidade de esclarecer o povo sobre esses fatos"[114].

Da mesma forma, o vereador Eduardo Rolim deixou registrado, em ata, a sua aversão à situação vergonhosa que o Brasil vivia, quanto o povo estava com as suas esperanças frustradas, "seguindo o Brasil em funeral, com 15 milhões de eleitores amparando o ataúde de todas as aspirações brasileiras e chorando o cadáver de um regime. Mas que o povo não há de chorar para sempre."

Adelmo Genro manifestou seu repúdio a emenda parlamentarista que chamou de 'enxerto bastardo' à Constituição e insultou a covardia dos homens diante dos "tacões militares", buscando anular a autoridade do Presidente. Entretanto, para o vereador a atitude de João Goulart tinha sido louvável, pois Jango se preocupava com o povo e no cume da crise, beirando a guerra civil, com medo de uma atrocidade e talvez também possuidor de um espírito pacificador, resolveu acatar a vontade dos ministros e do Congresso. Aceitou o parlamentarismo, com isso a diminuição do seu poder. O vereador Adelmo Genro, deste modo, exprimiu seu pensamento: "Que o povo ainda há de reconhecer a atitude assumida pelo sr. João Goulart, renunciando seus direitos para evitar derramamento de sangue"[115].

---

[114] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia quatro de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.
[115] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 4 de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

O vereador Antônio Abelin endossou as palavras de seus colegas dizendo que "os componentes do Congresso não souberam honrar o voto popular, escrevendo uma página negra para a história do Brasil". Afirmou que a emenda parlamentarista, da forma em que foi votada, poderia representar uma desgraça futura para a democracia brasileira[116].

O vereador Pantaleão Lopes recebeu de todas as bancadas aplausos pelo modo que dirigiu o Poder Legislativo durante a crise nacional, em retribuição manifestou-se agradecendo os elogios à Câmara de Santa Maria por sua superioridade ao Congresso Nacional, pois serviu de referência como cumpridora de suas responsabilidades para com o regime democrático e a defesa do sistema. Enquanto o vereador Eduardo Rolim protestou contra a atitude do Congresso Nacional.

Entre revoltas e homenagens, nessa sessão, a Mesa comunicou o convite recebido para a inauguração da Galeria do Comércio no dia 7, ás 20:30 horas, na cidade. Logo após, o Presidente suspendeu os trabalhos por aquele momento, contudo, a Câmara de Santa Maria continuou em sessão permanente até que o Vice-Presidente da República, Dr. João Belchior Marques Goulart assumisse a Presidência do Poder Executivo da República.

Às 19:30 horas, dos seis dias de setembro de mil novecentos e sessenta e um , o Presidente do Poder Legislativo de Santa Maria reabriu os trabalhos do poder local, em sessão permanente, instalada desde o dia 25 de agosto de 1961 que, em virtude da normalização do país e da conseqüente posse do Dr. João Goulart, no dia 7 de setembro, na suprema magistratura da Nação, e após a consulta feita aos líderes, a sessão foi encerrada. determinando a Presidência a sessão normal, das Comissões Técnicas da Casa[117].

Mas haviam ficado alguns projetos pendentes que aguardavam aprovação dos vereadores. No dia 08 de setembro de 1961, entrou em discussão novamente o Projeto de Lei nº.1251, de autoria do vereador Isidoro Lima Garcia, concedendo o título de "Cidadão Santa-mariense" ao Gen. Pery Constant Beviláqua, que sofreu emendas. O Vereador Moura Reis propôs uma emenda, concedendo o mesmo título ao Major Benjamin D'Ávila Prado, Comandante da Brigada Militar, nesta cidade**.** Emenda que foi subscrita pelo Vereador João Amado Réquia; enquanto que o vereador Eduardo Rolim sugeriu que transformasse o título "Cidadão Santa-mariense" em uma homenagem a todas autoridades que participaram do movimento. Como autor do projeto, o vereador Isidoro Lima se manifestou contrário **a**

[116] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 4 de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

[117] Ata nº 173/61 da sessão extraordinária do dia 6 de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

qualquer tipo de emenda. Em correspondência, contestou João Amado Réquia "todo projeto é sucessível de emendas", por isso se mostrou de acordo com o colega Moura Reis, e acreditava que tais emendas não criariam nem um mal estar no plenário. Diante de tal impasse, a Mesa resolveu encaminhar as emendas sugeridas à Comissão de Legislação e Pareceres para se pronunciar sobre o assunto. Convocado pelo Presidente, a Comissão examinou o projeto nº 1.251 sem oferecer pronunciamentos[118] e encerram a sessão.

Então, aos 18 dias do mês de setembro de 1961 às 19:40 horas deu início à sessão, que entre outros assuntos colocou em pauta o Projeto de lei nº. 1.251/Legislativo, que concede título de "Cidadão Santa-mariense" ao General. Pery Constant Beviláqua. As emendas apresentadas, no projeto, foram votadas indicando os seguinte resultado[119]: foi concedido o título de "Cidadão Santamariense" ao Pery Constant Beviláqua: aprovado por 11 votos, contra dois; emenda que concede o título de "Cidadão Santamariense" ao Major Benjamin D'Ávila Prado: aprovado por 11 votos contra 2; emenda concedendo o título de "Cidadão Santamariense" ao General. José Machado Lopes: aprovado por 11 votos contra 2; emenda concedendo o título de "Cidadão Santamariense" ao Governador Leonel de Moura Brizola: aprovado por 12 votos contra 1. Portanto, foi aprovado o projeto de lei nº. 1.251/Legislativo, com as emendas respectivas.

Durante as festividades que marcaram o Encontro Estadual dos Comitês de Resistência Democrática, para representar o Poder Legislativo de Santa Maria, foram designados os vereadores Waldomero de Moura Reis, Euclydes Gonçalves e Pantaleão Lopes para representarem a Casa, em Porto Alegre. No entanto, compareceram ao encontro festivos somente os dois primeiros Vereadores.

Durante esse perigo de eclosão de guerra civil, houve amplo intercâmbio tanto de correspondências, quanto de ofícios e fonogramas entre a Câmara de Vereadores de Santa Maria e outras Câmaras Municipais em apoio à assunção do João Goulart à presidência.

Enfim, o Poder Legislativo Municipal de Santa Maria congratulou-se com as barricadas democráticas levantadas pelo Governador do Rio Grande do Sul e de outro Estado, Goiás. O quadro que se apresentou era de luta pelo cumprimento da Constituição Brasileira vigente e de protesto contra a inconstitucionalidade. Naquele momento importante do destino do país, todos eram homens que lutavam pela posse de João Goulart e não partidos. O

[118] Ata nº 175/61 da sessão ordinária do dia 8 de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

[119] Ata nº 179/61 da sessão ordinária do dia 18 de setembro de 1961 na Câmara de Vereadores.

legislativo da cidade estava guarnecida pela “barricada da democracia”, segundo palavras do Vereador Eroni Paniz.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha da Legalidade foi um fato histórico que inspirou uma onda de grande civismo no Brasil. Movimento que estourou em agosto de 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros, quando Ministros Militares tentaram vetar a Presidência ao vice-presidente, João Goulart. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, liderou uma grande mobilização popular em favor do cumprimento da Constituição.

Neste trabalho, buscou-se resgatar a Campanha da Legalidade na cidade de Santa Maria/ RS. Para isso, valeu-se de bibliografias, de fontes orais e outros documentos. Esse trabalho demonstrou que a temática do Movimento da Legalidade, aparentemente esgotada, revelou novos acontecimentos, principalmente ao lidar com a história local e oral, pois surgiram novos colaboradores, e, com eles, novas experiências históricas foram relatadas.

Os testemunhos desses depoentes contribuíram para dar o diferencial nesta pesquisa. Deu diferencial porque não estavam registradas as respectivas experiências em arquivos, apenas estavam “registradas” na memória, no cérebro do colaborador.

Assim, essa pesquisa possibilitou dar voz aos depoentes santa-marienses, trazendo à tona a memória histórica (usada à palavra memória tanto no sentido de registros documentais quanto memória de pessoas vivas), arquivada nos arquivos e a possibilidade de trabalhar a história oral, oportunizando aos colaboradores que vivenciaram este período em estudo resgatar lembranças que estavam adormecidas.

Muitos depoentes relataram que durante a ditadura, sofreram com repressões e tortura e contaram que, em 1964, ao invadir as casas, os militares entraram e levaram tudo quanto foi tipo de documentos como jornais e fotos.

Foram queimados, destruídos ou apreendidos, quando não foram levados presos os donos dos documentos. E, muitas vezes, as próprias esposas queimaram esses, com receio de que seus maridos fossem presos, pois naquele período, após a legalidade, muitos foram acusados de comunistas e ficaram visados. Por isso, a dificuldade de se conseguir fotos da Campanha da Legalidade de 1961 com os colaboradores. Algumas imagens foram conseguidas por empréstimos de arquivos pessoais, arquivos privados e com o Centro Histórico da Brigada Militar[120].

Nesse estudo, foi mostrado como a imprensa, a Câmara de Vereadores, os ferroviários e outros grupos (religiosos, universitários, professores, sindicalistas, militares entre outros) se fizeram presentes na luta para o cumprimento da Constituição Brasileira. Ficou claro que a renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, causou grande revolta e mal estar em vários segmentos da sociedade, especialmente, entre os políticos. A situação tendeu a piorar, quando se percebeu que se pretendia um golpe. Diante da concretização da intenção do golpe pelos ministros militares, teve início a arregimentação de forças para defender a Carta Magna do País, também na cidade de Santa Maria.

---

[120] Deve-se admitir que as reproduções das imagens do jornal local, do período em questão, no trabalho, não saíram perfeitas e nem muito boas por causa da má conservação dos jornais. Aqui cabe um momento de salientar sérios problemas que se tem na cidade quanto à conservação dos arquivos tanto de âmbito privado quanto público, que constituem um arsenal cultural e informativo, deve-se enfatizar que é necessário maior interesse do governo com bens culturais da cidade como museus e arquivos. Essa constatação tem respaldo na lei. A Constituição da República Federativa do Brasil determina que o Estado tem do dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Para que investigações possam acontecer, é necessário conservação dessas fontes de pesquisas. Nesse ponto dou ênfase à Célia Reis Camargo, professora-assistente da disciplina História do Brasil, da UNESP, que fez um comentário em relação ao descaso do poder público e de instituições e entidades privadas.

Ela constata que o trato ao registro documental e a informação, no Brasil, é diferente dos países avançados. Que há no País uma "ausência de consciência do poder público em relação ao patrimônio documental". Comenta que diante de tal situação foi transferida essa obrigação parcialmente à Universidade.

Esse fato desastroso e irresponsável faz com que os universitários e pesquisadores se defrontem com obstáculos para o acesso a fontes documentais originais de pesquisa. A exemplo, do que relatei em relação documentos figurativos.

No artigo duzentos e dezesseis consta que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, nele está incluído, no inciso IV, que as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais são patrimônios culturais. Então, manutenção dos arquivos e contratação de mão-de-obra especializada nesta área faz parte do projeto de conservação desses bens. Diante dessa observação, o profissional também sofre o descaso. Penso e me limitarei a esse questionamento, se não se preocupam com os acervos municipais, por quê irão precisar de arquivista?

Quando se conserva e aplica rigorosamente o que está na lei, conserva-se a memória do passado e ajuda a compreender o que somos hoje. A palavra patrimônio quer dizer "herança paterna", então o que for conservado hoje, a próxima geração saberá o que fomos ontem e o que são atualmente. As informações estão sendo perdidas, a cultura está em declínio, apesar disso, existem profissionais competentes, interessados e que trabalham com determinação para a manutenção e o melhoramento desses espaços culturais. A eles, com certeza se devem as documentações que subsidiaram essa monografia. O patrimônio cultural é uma herança à nação, portanto, sua conservação é de interesse geral, do poder público, dos proprietários e da comunidade.

A solidariedade ao vice-presidente, Jango, e ao Governador Leonel Brizola, teve respaldo tanto militar quanto civil. Foi nítida a inconformidade dentro do legislativo municipal e entre populares, que não aceitavam a decisão de escolher um presidente por intermédio do Congresso Nacional. A grande maioria da população posicionou-se a favor do cumprimento e respeito à Constituição.

Viveu-se um período de intensa mobilização, com a formação de Comitês, que surgiram de diferentes categorias e classes sociais. Formaram-se alianças e a Câmara manteve-se em caráter permanente. Essa junção popular foi a maior arma que se poderia ter para garantir o cumprimento da Constituição.

Protestos de várias formas foram realizados desde ofícios, que eram enviados não somente da Câmara de Vereadores de Santa Maria para o Governador do Estado e ao III Exército e outras autoridades, até marchas nas ruas. Atos religiosos, greves, entre outras ações de inconformidade e solidariedade ao levante também ocorreram. Manifestações de religiosos, como Vicente Scherer, em Porto Alegre, que pediu ao povo calma e se mostrou contrariado com o desrespeito a lei, embora estivesse receoso das palavras pronunciadas no microfone pelo Leonel Brizola, também foram importantes nesse momento. Ele deslocou-se para dentro do Palácio Piratini em defesa dos que estavam dentro do Palácio, bem como solicitou que o Comandante do III Exército intervisse junto ao ministro da guerra para que não atacasse o Palácio do Piratini, quando pairou a ameaçava do III Exército invadir o Palácio.

Em Santa Maria, houve manifestação de religiosos. Dom Luís Victor Sartori, diante da convicção de que havia complô de Forças Armadas contra a Constituição, ofereceu-se para abrigar João Goulart no palácio episcopal da diocese da cidade, caso fosse necessário. Além de pronunciar-se ao povo pedindo orações, calma e que a Constituição fosse respeitada, organizou uma procissão e celebrou a missa, que ficou registrada nos jornais locais e na própria ata da Diocese da cidade. Também, a Igreja Episcopal se manifestou por meio do bispo Plínio Lauer Simões, que registrou a sua apreensão em face da hora vivida, propôs harmonia e preces e um ambiente de ordem e acatamento às leis pelos homens.

Após a notícia da abdicação de Jânio, a primeira atitude que se teve na cidade, foi à reunião dos vereadores no Plenário da sala Coronel Valença, da Câmara de Vereadores.

A partir de então, os vereadores, reunidos em sessão permanente, criticaram grupos internacionais e nacionais que influenciavam, de maneira quase ilimitada sobre a vida nacional, forçando a renúncia de um mandatário. Nas sessões que se seguiram, discursos inflamados foram proferidos, denunciando a envergonhada pressão pelos trustes

internacionais sobre o País e acusações de tramas contra o povo e a democracia. Eles se queixavam das esperanças depositadas no ex-Presidente do Brasil e as conseqüências da atitude de Jânio em detrimento da vida nacional e, ao mesmo tempo, urgiam pela posse do Vice-Presidente da República, João Goulart. Os vereadores santa-marienses não se limitaram ao perímetro da cidade. Extrapolaram demonstrando suas repulsas aos golpistas e a posição na defesa do cumprimento constitucional de forma intransigente e mobilizaram, não somente as pessoas da cidade, mas de outras localidades, convidando-as por meio de correspondências e publicações em jornais para terem atitudes de apoio e promover ações nesse sentido.

Foram feitas várias visitas a Câmara de Vereadores, por representantes de classe e pelas Comissões dos diversos grupos formados como dos estudantes, da Liga Trabalhista Feminina, da Ala Feminina Pró-Legalidade (formada por senhoras), dos ferroviários, que levaram solidariedade aos representantes da cidade e ao levante legalista.

Tal qual em Porto Alegre, na cidade Universitária de Santa Maria, aconteceram ações como listas de voluntariados, civis e militares, para combater ou socorrer no caso de uma guerra civil. O alistamento foi realizado em vários locais da cidade como: na Brigada Militar, na Câmara de Vereadores e no Palácio Rosado. Neste último local, os ferroviários promoveram muitas reuniões e, posteriormente, unidos com outras entidades, formaram o Comando de Resistência Democrática em prol do movimento armado contra os militares. Esse comando foi resultado da união de todos os batalhões e comitês, representando as forças organizadas santa-marienses. A partir dessa congregação de forças, os manifestos e decisões foram tomadas sob essa nova denominação.

Os postos arquitetados para arregimentação de pessoal acarretaram imensas filas de pessoas dispostas a resistir. Apesar de toda a agitação, foi um movimento legalista, calmo e ordeiro, porém firme em seu propósito.

Passeatas foram realizadas por populares e batalhões de pessoas de vários grupos e seus respectivos líderes, que marchavam pelas ruas da cidade, como contou o Dr. Eduardo Rolim. Pessoas empunharam cartazes, faixas e foices. Um desses desfiles organizados por populares "emocionou e influenciou o Comandante", na época, da 3ª DI, Pery Beviláqua[121].

Outro grupo que participou de forma efetiva do movimento foi o ferroviário. Pode-se dizer que foi a segunda categoria a se reunir e formar um movimento organizado. Eles entraram em assembléia permanente até a solução do impasse da legalidade. Assim, como os vereadores, os ferroviários convocaram seus núcleos, no Rio Grande do Sul, para que

[121] ROLIM, Eduardo. Depoimento concedido em 25/02/2005.

tomassem a mesma atitude e se juntassem com eles nessa batalha. Foi um grupo que não se envergou nem por um momento, estando até mesmos dispostos a entrar em greve, caso a Constituição não fosse cumprida. Os ferroviários tiveram apoio do Comando Sindical dos Operários. Ambos, os ferroviários e comando sindical levaram aos vereadores a decisão de adesão e sustentação ao levante legalista.

Algumas greves não se concretizaram apesar das ameaças de algumas categorias; outras foram deflagradas, como a dos estudantes universitários de Santa Maria. Estes formaram seu comitê com o intuito de colaborar com os grupos que se colocaram a favor da legalidade, porém sempre em ordem.

Quanto à imprensa, foi um importante meio de divulgação e de conscientização do movimento na cidade. Ela se mostrou democrática, na medida em que abriu espaço para os populares e se juntou a Câmara de Vereadores na defesa legalista. Os jornalistas divulgaram os pronunciamentos dos representantes do povo a toda população santa-mariense e a manteve informada sobre suas respectivas ações. Jornalistas se ofereceram para propalar os noticiários e os manifestos do Leonel Brizola pela Rede da Legalidade e as manifestações de defesa da Constituição pelos políticos locais, que falavam diretamente ao povo ou através da radiodifusão ou jornais impressos da cidade. A conscientização acarretou o aumento da adesão de cidadãos e radialistas ao levante, a exemplo, da Rádio Guarathan para depois outras emissoras de rádios locais.

A consciência da legalidade e de que a Constituição Brasileira estava sendo infringida invadiu as ruas, entrou nas casas por meio dos rádios e dos jornais. Foi assunto nos botequins, nos diálogos dos estudantes e professores universitários e nas escolas, nos sindicatos, quartéis, igrejas. Vários grupos se uniram na luta pela democracia e pelo cumprimento constitucional.

Como outras cidades interioranas, Santa Maria teve sua importância estratégica no plano contra os golpistas, tanto que o governador do Estado viu a adesão do III Exército, que tinha sob o seu comando a 3ª Divisão de Infantaria, como fundamental, porque naquele momento, Santa Maria tinha uma quantidade enorme de quartéis, sendo considerada a segunda praça militar do País e o que a tornava um centro estratégico e poderoso.

Ao final da crise, foi aprovado na Câmara, o Projeto “Cidadão Santa-Mariense” onde foram homenageadas pessoas importantes da cidade, como o General Pery Beviláqua e major Benjamin D´Ávila Prado, a fim de louvar a atitude delas, de luta e respeito à democracia e à lei. Também o povo recebeu homenagem, por parte dos vereadores, pela lealdade e união diante do movimento legalista.

Desse modo, o levante legalista cresceu e tomou corpo de maneira que foi impossível negar a posse ao Presidente Constitucional João Goulart. Com o incitamento dado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, deu-se a mobilização do povo, que aprovou e se conscientizou da situação vivida no país naquele momento. Também o fato do III Exército reconhecer que a Constituição deveria ser respeitada e que o povo estava respaldado na Constituição Brasileira, contribuiu para decisão importante tomada, na luta pelos direitos democráticos e legais. A mobilização popular e a união de todos em defesa da Constituição e do regime democrático acarretou na vitória sobre os golpistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENSA,Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In:_____. **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1998.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org). **Textos políticos da história do Brasil:** República. Terceira república, 2 parte (1956-1964). Brasília: Senado Federal, 1996. 7v.

CAMPOS, Ana Júlia Camara. **Campanha da legalidade:** levante de um homem só? 1995. Monografia (Especialização em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,1995.

COZER, Leandro Bertoldo. Radiodifusão no Rio Grande do Sul – Rádio Guarathan de Santa Maria**.** In: **_____. Rádiodifusão**: Rádio Guarathan de Santa Maria. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, Santa Maria. RS, 1999.

CRUZ, Alexandre da. **A história da viação férrea em Santa Maria**: memórias de um aposentado. Santa Maria- RS, 2004.

FELIZARDO, Joaquim. **A legalidade**: último levante gaúcho. Porto Alegre: Universidade /UFRGS, 1998.

GOULART, Antonio et al. Os doze dias que abalaram o Brasil. **Revista do Globo**, Porto Alegre, n. 803, p. 2-15, set. 1961.

KUHN, Dione. **Brizola:** da legalidade ao exílio. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual da história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MORALES, Neida Regina Ceccim. **Imigração e memória:** história de imigrantes sírio-libaneses no Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Integração Latino-Americana, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RECHIA, Aristilda A. **Santa Maria:** panorama histórico – cultural. Santa Maria: Associação Santa-Mariense de Letras,1999.

SANTOS, Joél Abílio Pinto dos. **Fundamentos de arquivologia**: para uma escrita da história. Santa Maria: UFSM, 2004.

SILVA, Antonio Silveira. **A Brigada Militar e a legalidade.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria C. Ribas. **A fuga de João Goulart 1962/1963.** São Paulo: Ed. Três, 1998.

SILVA, Zélia Hope da (Org). **Arquivos , patrimônio e memórias:** trajetórias e perspectivas. São Paulo : UNESP, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VILARINO, Leoniza Mac Ginity. **Câmara de Vereadores:** Nossas ruas... nossa história. Santa Maria: Pallotti, 2004.

Universidade Federal de Santa Maria. Pró – Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses:** MDT/ Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. 6 ed. Santa Maria: UFSM, 2005.

BRASIL. Constituição (1988), **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 28, de 25-5-2000. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DOCUMENTOS DE ARQUIVOS

A RAZÃO. Santa Maria, ago e set., 1961.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, ago e set., 1961.

SANTA MARIA (RS). Câmara de Vereadores de Santa Maria. **Correspondências recebidas**. Santa Maria, v.27, 1961.

SANTA MARIA (RS). Câmara de Vereadores de Santa Maria.**Correspondências expedidas**. Vol.13. 1961.

SANTA MARIA (RS). Câmara de Vereadores de Santa Maria. **Livro de atas nº 112/61 à 224/61** : Comissão Representativa. Santa Maria, v. 14, n. 16/61 à 28/61, 1961.

SANTA MARIA. Brigada Militar. Centro Histórico Coronel Pillar. **Boletins internos**, Santa Maria, n. 193, 2. semestre de 1961.

SANTA MARIA. Brigada Militar. Centro Histórico Coronel Pillar. **Livro de registro**: síntese histórica do 1° RPMon. Santa Maria, 1961.

SANTA MARIA. Brigada Militar. Centro Histórico Coronel Pillar. **Livro:** tem a história do 1° Regimento. Santa Maria, 1961.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

Histórico – radiodifusão no Rio Grande do Sul – Rádio Guarathan de Santa Maria RS. disponível em <http://www.guarathan.com.br>. Acesso: 8 de jun. 2006.

HAGEMANN, Lauro**. Entrevista disponibilizada em 7 de maio de 2002, na internet.** 2002. Disponível em:<http://pucrs.br/famecos/vozesrad/lauroh.html>. Acesso: 26 jun.2004.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Jango**. Agosto 2002. Disponível em:<http:www.pdt.org.Br/personalidades/Jango.asp>. Acesso:26jun.2004.

SCHILLING, Voltaire. **O movimento da legalidade.** Disponível em <http:// educaterra.terra.com.Br/Voltaire/Brasil/2004/03/25/006.htm> ou <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2004/03/25/007.html> Acesso em: 31 de jul. de 2004.

COLABORADORES:

ROLIM, Eduardo Martins de Oliveira. **Legalidade em Santa Maria.** Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca em 25/02/2005 e 11/04/2006.

SALAMONI, José. **Legalidade em Santa Maria**. Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca em 05/03/2005 e 09/04/2005.

OLIVEIRA, Quintino de. **Legalidade em Santa Maria**. Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca em 10/06/2005 e 02/08/2005.

GÄRTNER, Rhéa Sylvia de Lourdes. **Legalidade em Santa Maria**. Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca em 14/07/2004 e 22/03/2005.

GOMES, Vinícius Pitágoras. **Legalidade em Santa Maria**. Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca em 03/06/2006.

KURTZ, Carlos Renan. **Legalidade em Santa Maria**. Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca concedida em 20/ 04/2006 e 18/06/2006.

CASTRO, João Silveira. **Legalidade em Santa Maria**. Santa Maria, entrevista concedida a Valéria Medianeira da Fonseca em 18/04/2006.

ANEXOS

ANEXO A- Nota oficial à imprensa do Centro Cívico Dr. João Goulart.

FONTE: JORNAL A RAZÃO, 30/8/61, p.2

Nota Oficial à Imprensa do Centro Cívico Dr. João Goulart

PROCLAMAÇÃO

O Centro Cívico Ferroviário, Dr. João Goulart considerando a grave crise que atravessa o povo brasileiro, e sentindo a necessidade da unificação de todas as forças democrática em defesa de legalidade, resolve nesta emergência, transformar o nosso Centro Cívico João Goulart, organismo político, em organismo apartidário com o nome de CENTRO PRÓ-DEFESA DA LEGALIDADE, integrando-o, no Comando de Resistência Democrática como órgão auxiliar do referido comando, unificando assim as forças democráticas contra o golpismo.

Para tanto, convoca os companheiros, pertencentes ao Centro Cívico João Goulart para uma reunião hoje, às 20 horas, a fim de discutir os detalhes de entrosamentos com o Comando de Resistência Democrática, resolvendo no entanto, desde já, que as outras reuniões serão feitas em conjunto com o Comando de Resistência localizado no Avenida Rio Branco, Palácio Rosado.

Convida desde já os que puderem, a comparecer no referido Comando de Resistência Democrática, prestigiando-o por todos os meios que dispomos.

Conclamamos pois, a todos os Centros Cívicos João Goulart, com atividades no diversos bairros da cidade, para colaborarem neste movimento transformando, provisoriamente, estes centros políticos em Comitês Apartidário pró defesa da legalidade e ligando-se ao Comando de Resistência Democrática.

A reunião será hoje, dia 30, ás 20 horas , na Associação dos Empregados da Viação Férrea.

Santa Maria, 30 de agôsto de 1961

Engº Euclydes Gonçalves – Presidente.

ANEXO B- Através do jornal A Razão foi noticiadas as deliberações dos membros em reuniões extraordinárias da Câmara

FONTE: JORNAL A RAZÃO, 26/08/61, p.5

A Câmara de Vereadores de Santa Maria pela marioridade de seus membros reunida extraordinariamente , tendo em vista os últimos acontecimentos que culminaram com a renúncia do Sr. Presidente da República, torna público o seguinte:

I- Lamenta o fato de que Presidente da República tenha sido obrigado a renunciar, segundo suas palavras, por pressão de "grupos individuais", inclusive Exterior contrários aos supremos interesses nacionais;

II- Considera-se reunida em caráter permanente até a completa normalização da vida nacional;

III- Manifesta-se, intransigentemente, pelo cumprimento da Constituição da República, pela garantia dos direitos individuais e posse do substituto legal do Presidente da República:

IV- Apela ao povo de Santa Maria para que se mantenha tranqüilo, colaborando com as autoridades para manutenção da ordem democrática.

Santa Maria, 25 de agôsto de 1961.
Pantaleão Lopes
Manuel Mallmann Filho
Adelmo Simas Genro

ANEXO C- Fonograma ao Presidente da Câmara Federal, Presidente da República, deliberando para lutar, manter a ordem, respeitar a Constituição e a legalidade

FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Fonograma nº 441

Presidente Câmara Federal
Brasilia

Levamos conhecimento Vossência Câmara Vereadores Santa Maria vg Rio Grande Sul vg hoje reunida deliberou bipontos Primeiro - lutamos, intransigentemente, pela manutenção da ordem Segundo - lutamos, intransigentemente, pelo respeito à Constituição e à legalidade pt Terceiro - interpretamos como respeito à - Ordem Nacional e defesa total da Democracia a posse do Vice Presidente da Republica, dr. João Goulart, como única solução constitucional.

Atenciosas Saudações

PANTALEÃO LOPES - Presidente

ANEXO D- **Fonogramas pedindo a exoneração dos Ministros Militares ao Presidente da República, Presidente da Assembléia Legislativa, Presidente da Câmara Federal.**

FONTE: **ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA**

Fonograma nº 49

Urgente

Exmo. Sr. Presidente da República
Dr. Raineri Mazzili
Palácio Planalto
BRASILIA

CÂMARA DE VEREADORES SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, EXPRESSANDO SENTIMENTO LEGALIDADE POVO NOSSA CIDADE, APELA CONSCIÊNCIA-CIVICA SENTIDO RESTABELEÇA ORDEM E TRANQUILIDADE FAMILIA BRASILÆIRA, EXONERANDO MINISTROS MILITARES QUE PRETENDEM RASGAR CONSTITUIÇÃO EM VEZ DEFENDE-LA. IMPEACHEMENT PRESIDENTE JOÃO GOULART, CONSTITUE TAMBÉM GOLPE Ă DEMOCRACIA, QUE O POVO NÃO ACEITARÁ PASSIVAMENTE.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES
PANTALEÃO LOPES
PRESIDENTE

****

Sala "Cel. Valença", em 28 de agôsto de 1961

Fonograma nº 50

PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALEGRE

Levamos conhecimento vossencia e seu intermédio ilustres legisladores gaúchos, esta Casa transmitiu presidente Mazzili-seguinte despacho:

EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA
DR. RAINERI MAZZILI
PALACIO PLANALTO
BRASILIA

CÂMARA DE VEREADORES SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL, EXPRESSANDO SENTIMENTO LEGALIDADE POVO NOSSA CIDADE, APELA CONSCIENCIA CIVICA SENTIDO RESTABELEÇA ORDEM E TRANQUILIDADE FAMILIA BRASILEIRA, EXONERANDO MINISTROS MILITARES QUE PRETENDEM RASGAR CONSTITUIÇÃO EM VEZ DE DEFENDE-LA. IMPEACHEMENT PRESIDENTE JOÃO GOULART CONSTITUE TAMBEM GOLPE Á DEMOCRACIA, QUE O POVO NÃO ACEITARÁ PASSIVAMENTE.

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

Ass) PANTALEÃO LOPES
PRESIDENTE

Fonograma nº 51

PRESIDENTE CÂMARA FEDERAL
BRASILIA

LEVAMOS CONHECIMENTO VOSSENCIA E SEU INTERMÉDIO ILUSTRES-
MEMBROS COLENDA CÂMARA vg ESTA CASA TRANSMITIU PRESIDENTE
MAZZILI SEGUINTE DESPACHO bipontos "Exmo. Sr. Presidente-
Republica. Dr. Raineri Mazzilli. Palácio Planalto. Brasilia.
Câmara de Vereadores de Santa Maria, Rio Grande do Sul, -
expressando sentimento legalidade povo nossa cidade, ape-
la consciencia cívica sentido restabeleça ordem e tranqui
lidade familia brasileira, exonerando ministros militares
que pretendem rasgar Constituição em vez de defende-la.
Impeachement Presidente João Goulart, constitue também golpe
à democracia, que o povo não aceitará passivamente.

Atenciosas Saudações

Ass) Pantaleão Lopes
Presidente

ANEXO E- Fonogramas prestando solidariedade em nome da Ala Feminina Pró-Legalidade ao Governador do Rio Grande do Sul

FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Fonograma nº 52

ENGº. LEONEL BRIZOLA
DD. GOVERNADOR DO ESTADO
PALEGRE

TOMADOS GRANDE EMOÇÃO RECEBEMOS VISITA COMISSÃO MULHERES SANTAMARIENSES COMPONENTES ALA FEMININA PRÓ-LE GALIDADE SOLICITANDO TRANSMITISSE A V. EXCIA vg III E= XERCITO E 5ª ZONA AÉREA INTEGRAL SOLIDARIEDADE DISPOSTAS TUDO ENVIDAR FAVOR NOSSA BOA CAUSA pt

CORDIAIS SAUDAÇÕES
PANTALEÃO LOPES
PRESIDENTE

ANEXO F- Fonogramas comunicando ao Comandante do III Exército o apoio na criação do posto de alistamento voluntário ao Presidente da Assembléia Legislativa; aos Presidentes da Câmara de Vereadores de outras cidades.

FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Fonograma nº 204

Presidente Assembléia Legislativa
PALEGRE

Satisfação comunicamos Vossencia Câmara acaba apoiar unanimidade criação pôsto alistamento voluntários defesa legalidade acôrdo patriotico movimento orientado Governador Leonal Brizola pt

Atenciosas Saudações

Pantaleão Lopes
Presidente

Fonograma nº 205

COmandante 3º Exercito
PALEGRE_

Satisfação comunicamos Vossencia Câmara acaba apoiar unanimidade criação pôsto alistamento voluntários defesa legalidade acordo patriotico movimento orientado Governador Leonel Brizola apoiado heroico Terceiro Exercito pt

Atenciosas Saudações

Pantaleão Lopes
Presidente

ANEXO G- **Fonograma da Câmara Municipal de Vereadores a outras Câmaras do Estado do Rio Grande do Sul que registra um apelo visando à liberdade de Marechal Lott.**

FONTE: **ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA**

nº 112/202.

Presidente Câmara Vereadores

Comunicamos vossencia esta Casa acaba instalar sua sede pôsto alistamento voluntários defesa legalidade pt Apelamos nossa atitude seja secundada êsse Colendo Poder nêsse Municipio pt Outrossim apelamos movimento visando liberdade Marechal Teixeira Lott vítima forças reacionárias tentam infelicitar Brasil pt

Atenciosas Saudações
Pantaleão Lopes
Presidente

Agudo
Antonio Prado
Aratiba
Arroio Grande
Arroio do Meio
Arvorezinha
Bage
Barra do Ribeiro
Bento Gonçalves
Bom Jesus
Bom Retiro do Sul
Caçapava do Sul
Camaqua
Campinas do Sul
Candelaria
Canela
Cangussu
Canoas
Carlos Barbosa
Caxias do Sul
Dôn Pedrito
Encantado
Encruzilhada do Sul
Estancia Velha
Esteio
Estrela
Farroupilha
Faxinal do Soturno
Feliz
Flores da Cunha
Garibaldi
General Camara
Gramado
Gravatai
Guaiba
Guapore
Herval
Ibiruba
Jaguarao
Lagoa Vermelha
Lageado
Lavras do Sul
Machadinho
Montenegro
Mussum
Não Me toque
Nova Petropolis
Novo Hamburgo
Nova Prata
Osorio
Panambi
Pedro Osorio
Pelotas
Pinheiro Machado
Piratini
Porto Alegre
Restinga Seca
Rio Grande
Rio Pardo
Roca Sales
Rolante
Santa Cruz do Sul
Santana do Livramento
Santa Vitoria do Palmar
Santo Antonio da Patrulha
São Francisco de Paula
São Gabriel
São Jeronimo
São Jose do Norte
São Jose do Ouro
São Leopoldo
São Lourenço do Sul
São Sebastião do Caí
São Sep-e
São Valentim
Sapiranga
Sobradinho
Soledade
Tapejara
Tapera
Tapes
Taquara
Taquari
Torres
Tres Coroas
Triunfo
Vacaria
Venancio Aires
Vera Cruz
Veranopolis
Viamão

Visto
Dar Expediente

nº 55/111

PRESIDENTE CAMARA VEREADORES

COMUCAMOS VOSSENCIA ESTA CASA ACABA INSTALAR SUA SÉDE PÔSTO ALISTAMENTO VOLUNTÁRIOS DEFESA LEGALIDADE pt APELAMOS NOSSA ATITUDE SEJA SECUNDADA ÊSSE COLENDO PO DER NÊSSE MUNICIPIO pt OUTROSSIM APELAMOS MOVIMENTO VISANDO LIBERDADE MARECHAL TEIXEIRA LOTT VITIMA FORÇAS REACIONÁRIAS TENTAM INFELICITAR BRASIL pt

ATENCIOSAS SAUDAÇÕES

PANTALEÃO LOPES

PRESIDENTE

ALEGRETE
Cacequi
Cachoeira do Sul
Campo Novo
Carazinho
Casca
Serro Largo
Chapada
Constantina
Crissiumal
Cruz Alta
Dois Irmãos
Erechim
Herval Grande
Espumoso
Frederico Westphalen
Gaurama
Gal. Vargas
Getulio Vargas
Giruá
Guarani das Missões
Horizontina
Humaitá
Ijui
Iraí
Itaqui
Jaguari
Julio de Castilhos
Marau
Marcelino Ramos
Nonoai
Palmeira das Missões
Passo Fundo
Quaraí
Porto Lucena
Rosário
Sananduva
Santa Barbara do Sul
Santa Rosa
Santiago
Santo Angelo
Santo Augusto
Santo Cristo
Dão Borja
São Francisco de Assis
São Luiz Gonzaga
São Pedro do Sul
Sarandi
Seberi
Tenente Portela
Tres de Maio
Tres Passos
Tucunduva
Tupanciretã
Tuparendi
Uruguaiana
Viadutos

ANEXO H- Ofício da Liga de Amadores Brasileiro de Rádio Emissão (LABRE) ao Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

LIGA DE AMADORES BRASILEIROS DE RÁDIO EMISSÃO
ÓRGÃO OFICIAL COORDENADOR DA RÊDE NACIONAL DE RÁDIO AMADORES
DIRETORIA SECCIONAL DO RIO GRANDE DO SUL
RUA VIG. JOSÉ INÁCIO, 433 - 2.º ANDAR
EDIFÍCIO ROSÁRIO - CAIXA POSTAL 2180
PÔRTO ALEGRE — R. G. S.
3.ª REGIÃO

Despacho

Agradeça-se e
arquive-se

Santa Maria, 26 de Agosto de 1961

1 / 9 / 61

Exmº Sr Presidente da Camara de Vereadores de Santa Maria

Prezado Senhor

Apraz-me comunicar a V Excia que a UNIÃO SANTAMARIENSE DE RADIOAMADORES, reunida em Sessão Extraordinária, resolveu por unanimidade de votos colocar a disposição dessa colenda Câmara, todos seus operadores e respectivos equipamentos.

Nossos Radioamadores atenderão as determinações desse Legislativo em qualquer hora do dia ou da noite, sempre que solicitados em nome da Legalidade.

Caso deseje V Excia, instalaremos no recinto da Casa Legislativa, um conjunto Transmissor-Recepter e faremos escala entre os operadores, afim de bem servir a nobre causa.

Esta comunicação é feita, ratificando a comunicação verbal transmitida ao nosso querido colêga PY 3 AKD ADELMO SIMAS GENRO, lidimo representante da USRA, nessa casa.

Quando a verdade fôr torcida em detrimento da soberania da Pátria, haverá sempre um Radioamador alerta e seu brado não se fará esperar.

Servimo-nos do grato ensêjo para reiterar ~~meus~~ nossos protestos de estima e distinta consideração

PY 3 AXY - Vice Pres em Exercício

ANEXO I- **Fonogramas ao Presidente do Senado Federal; ao Ministro da Guerra solicitando liberação dos líderes e protestando contra a violência dos operários e os universitários.**

FONTE: **ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA**

Fonograma nº 206

Presidente Senado Federal
BRASILIA

Camara Vereadores Santa Maria, Rio Grande do Sul, unanimidade seus membros, solicita imediata liberação lideres operários e universitários se acham presos porões comandados golpistas e que lutam manutenção incólume Constituição e Legalidade pt

Saudações

Pantaleão Lopes
Presidente

ANEXO J- Fonogramas ao Ministro da Guerra de protesto contra a violência aos líderes operários e universitários que lutam pelos direitos do povo.

FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Fonograma nº 208

EXMO SR MINISTRO MARINHA
RIO GB

EXMO SR MINISTRO GUERRA
RIO GB

Câmara Vereadores Santa Maria, Rio Grande do Sul, unanimidade seus membros, protesta energicamente espancamentos, violências e ataques indefesos líderes classes operária e universitária lutam defesa Constituição e Legalidade, salvaguarda direitos segurança povo ameaçada golpe desencadeado participação Vossência, implantação regime ilegalidade. Saudações

PANTALEÃO LOPES - Presidente

- -

Câmara de Vereadores de
Santa Maria. Secretaria.

Visto:

ANEXO K- Fonograma ao Presidente da Câmara Federal protestando contra a aprovação da emenda parlamentarista.

FONTE: ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA

Fonograma nº 363

Presidente Câmara Federal
BRASILIA

Câmara Vereadores Santa Maria, Rio Grande do Sul, apresenta Vossencia e demais membros essa Colenda Casa seu veemente - protesto aprovação emenda parlamentarista que representa golpe - branco contra vontade povo e usurpação mandato esse mesmo povo - conferiu doutor João Goulart, presidente constitucional Brasil. - Tal atitude constitue violência degrada e decpciona povo brasileiro, posto que não se coaduna indole essencialmente republicana, - ainda mais fato lamentavel reforma aprovada afogadilho sem prévio conhecimento povo pt

Atenciosas Saudações

Pantaleão Lopes
Presidente

Secretaria da Câmara de Vereadores de
Santa Maria.
Visto: